

O PT CONTRA A REPRESSÃO E A VIOLÊNCIA POLICIAL

Em 1980, no momento em que o Partido dos Trabalhadores era organizado e lutava por seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, Lula e mais doze líderes operários foram enquadrados e presos com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), por terem participado da greve no ABC em maio de 1980. A alegação era de que os sindicalistas haviam cometido crime contra a segurança nacional. Também no Acre, no mesmo ano, cinco sindicalistas foram indiciados após a participação em um protesto contra a violenta morte de Wilson Pinheiro, seringueiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia. Desde perseguição política através de mecanismos jurídicos até violência física e assassinatos, a repressão às organizações sociais ocorre por diferentes vias.

Para esta edição da revista *PERSEU*, selecionamos documentos sobre a repressão e a violência policial aos movimentos sociais e também ao Partido dos Trabalhadores. Através dos documentos aqui trazidos, é possível perceber que a organização dos trabalhadores e as pautas reivindicatórias da esquerda com frequência resultaram na tentativa de dispersão pela força. Por meio de seus jornais, o PT denunciou os crimes e perseguições cometidos contra os movimentos sociais e também contra seus militantes, tanto no campo como também nos centros urbanos.

A luta social no campo pela posse da terra e reforma agrária foi marcada pela violência das polícias locais, por grupos paramilitares e jagunços a mando de fazendeiros. Ao longo da década de 1980 e 1990, o Partido dos Trabalhadores denunciou a violência, os atentados e as ameaças de morte recebidas pelos líderes comunitários. No editorial de julho de 1982, o *Jornal dos Trabalhadores* trouxe uma reportagem alertando sobre as intimidações que o sindicalista Chico Mendes recebia, em função de seu ativismo junto aos seringueiros e a reforma agrária no Acre. Na ocasião, foi publicada no jornal uma carta assinada pelo então presidente do Partido, Lula, ao ministro da Justiça Abi-Ackel denunciando as ameaças e pedindo providências. Chico Mendes foi morto a tiros em dezembro de 1988 em sua casa.

No mesmo ano, em 1982, o Partido denunciava por meio do deputado Eduardo Suplicy, através do pronunciamento na Assembleia Legislativa de São Paulo, os assassinatos cometidos pela polícia militar e propunha um projeto do Partido para a criação de uma polícia civil desarmada. Em 1983, o Partido reforça a tônica do combate à violência policial, recomendando, através do Diretório Nacional, a luta pelo desmantelamento do aparelho repressivo da Lei de Segurança Nacional, do Serviço Nacional de Informações, bem como da Rota e do Dops, alertando para a repressão direcionada aos trabalhadores por esses órgãos.

Em 1985, durante o processo de redemocratização brasileira, após os duros anos de repressão no contexto do regime militar, o general Otavio Aguiar de Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Informações, ao ser indagado sobre a forma pela qual o governo se relacionava com manifestantes e grevistas, declarou que “cacete não é santo, mas faz milagres”. Essa afirmação, trazida neste Caderno de Documentos na reportagem de Bernardo Kucinski, é simbólica, pois demonstra o caráter autoritário denunciado pelo Partido dos Trabalhadores a respeito do tratamento re-

cebido pelo próprio partido, pelas minorias e movimentos sociais no bojo de suas reivindicações e manifestações.

Na região do Tocantins-Araguaia, no Vale do Pindaré, em 1985, houve o massacre de 27 posseiros que foram emboscados por jagunços e pistoleiros. Em Goiás, o sindicalista e militante do Partido dos Trabalhadores, Nativo da Natividade, foi assassinado na porta do Sindicato de Carmo do Rio Verde. No Maranhão, em 1986, o padre Josimo Tavares foi assassinado no escritório da Comissão Pastoral da Terra.

Ao longo da década de 1990, tanto no campo quanto nas cidades, os crimes e atentados contra militantes, líderes operários e trabalhadores rurais continuaram. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, ocorridos em 1995 e 1996, respectivamente, foram ocasiões em que a polícia militar reprimiu de forma brutal os trabalhadores sem-terra. Encerrando o milênio, nos anos 2000, durante as comemorações oficiais do V Centenário do Descobrimento do Brasil, novamente a polícia reprimiu de maneira truculenta os manifestantes que procuravam dar visibilidade à luta das minorias sociais que se dirigiam para Porto Seguro, na Bahia, em protesto às celebrações oficiais do descobrimento.

Para contribuir com a temática sobre a violência e repressão aos movimentos sociais, nas próximas páginas, trazemos uma seleção de documentos que denunciam a brutalidade sofrida pelas organizações sociais e também pelo Partido desde sua fundação. Os documentos são compostos de publicações contidas no *Jornal dos Trabalhadores*, *Boletim Nacional do PT* e *PT Notícias*. No Caderno de Imagens, trazemos uma seleção de cartazes, capas de jornais e fotografias presentes na base de dados do acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda, inseridos também na temática de denúncia à violência e repressão mencionadas acima.

a) ORGANIZAR O PT AINDA É A MELHOR DAS RESPOSTAS – 1981

O Partido dos Trabalhadores está quase pronto para obter seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral. A receptividade que o programa político do PT vem tendo entre os trabalhadores – refletida na filiação massiva ocorrida nos últimos meses – é a melhor resposta às tentativas do Governo de inviabilizar o partido através do enquadramento de suas lideranças na Lei de Segurança Nacional.

Entre dezenas de processos com base na LSN¹ contra os trabalhadores e estudantes, mais cinco sindicalistas – entre eles Lula e Jacó Bittar – foram interrogados no último dia 9 de abril na Auditoria Militar do Amazonas. Eles foram enquadrados na LSN por discursos que pronunciaram no Acre em julho do ano passado.

Em outra investida do Governo contra o PT, um dos procuradores do Superior Tribunal Militar opinou pela legalidade do julgamento condenando 11 metalúrgicos do ABC.

O processo do ABC

O julgamento do processo do ABC no Superior Tribunal Militar poderá ocorrer ainda neste semestre. No início de abril, os advogados de Lula e dos demais sindicalistas entraram no STM com apelação da sentença proferida pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo em 25 de fevereiro. Nessa apelação, os advogados pedem anulação da sentença e absolvição dos acusados, mas o procurador do STM, Gilson Gonçalves, negou os pedidos.

O principal argumento da defesa é que o julgamento realizado dia 25 de fevereiro último pela 2ª Auditoria é nulo por uma série de irregularidades que cercaram o processo, ferindo os princípios de Justiça. Os advogados dizem que a sessão não foi amparada na lei, pois foi prejudicada por severas medidas de segurança e intimidação, cerceamento da defesa e ausência de publicidade.

Os advogados dos metalúrgicos – Luís Eduardo Greenhalgh, Airton Soares, Idibal Piveta, Paulo Gerab e Iberê Bandeira de Mello – afirmam ainda que a Justiça Militar é incompetente para julgar o processo, pela ausência de fatos concretos que justifiquem o enquadramento dos acusados na Lei de Segurança Nacional. Eles pedem a absolvição dos sindicalistas “por absoluta insuficiência de provas”.

O processo

Treze líderes e operários metalúrgicos foram acusados de infringir a LSN pela participação na greve do ABC, ocorrida entre 1º de abril e 11 de maio de 1980. À exceção de José Cicote e José Timóteo da Silva, de Santo André, foram condenados pela 2ª Auditoria: Luiz Inácio da Silva, Djalma de Sousa Bom, Osmar Santos de Mendonça, Wagner Lino Alves, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia de Menezes, Enilson Simões de Moura, José Maria de Almeida e Rubens Teodoro de Arruda. Eles foram enquadrados nos artigos 36 e 42 da LSN, que se referem à “desobediência coletiva às leis” e à “propaganda subversiva”.

Antes mesmo do início da greve, porém, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, já ameaçava os trabalhadores do ABC, dizendo que a paralisação do trabalho provocaria desemprego e intervenção nos sindicatos.

Os sindicalistas foram presos a 19 de abril de 1980. As prisões foram marcadas por violência, ao mesmo tempo em que advogados e representantes da sociedade civil eram sequestrados e deixados no Deops², em circunstâncias até hoje não esclarecidas pelas autoridades.

Presos, os sindicalistas foram indiciados em inquérito, acusados de crime contra a segurança nacional e liberados no dia 20 de maio. No dia 1º de julho, o procurador da Justiça Militar em São Paulo encaminhou denúncia formal ao juiz-auditor, que a aceitou e passou a instruir o processo. Desde o início do inquérito, ficou evidente a ausência de provas contra os metalúrgicos, segundo expõem os advogados de defesa na apelação ao STM. Além disso, nenhuma testemunha, seja de acusação ou de defesa, durante a fase de depoimento da 2ª Auditoria Militar, disse ter visto qualquer acusado incitar à greve, participar de piquetes ou praticar violências de qualquer tipo.

Julgamento Nulo

A 2ª Auditoria inicialmente marcou o julgamento para o dia 19 de fevereiro último, mas depois marcou nova data pelo fato de os dois advogados não terem sido intimados. Fixada para o dia 25, a sessão foi precedida por uma séria de irregularidades.

Os advogados e os acusados, amparados em lei, decidiram não comparecer à sessão. Receberam manifestações de solidariedade do presidente da OAB³, Seabra Fagundes, da Associação dos Advogados de São Paulo e da seção paulista da OAB. Como demonstra a defesa da apelação ao STM, uma das maiores irregularidades foi a existência de pré-julgamento por parte do juiz-auditor, Nelson Guimarães, que declarou publicamente já estar com a “convicção firmada” e que a sentença “independia do que dissessem a defesa e a acusação”.

Com tudo isso – pré-julgamento, ausência de publicidade, cerceamento da defesa etc. – os advogados usaram da faculdade de ausentar-se da sessão e passaram a pedir a anulação da sentença.

Razões políticas

O Partido dos Trabalhadores denunciou em nota oficial, após o julgamento à revelia, as verdadeiras razões – políticas – da condenação dos líderes metalúrgicos e de seu presidente nacional, Luiz Inácio da Silva. E afirmou que “a melhor resposta às ameaças e violências continua ser a organização dos trabalhadores, sua mobilização e arregimentação, a unidade de ação de todas as forças em torno da luta contra a política econômica em curso e por uma democracia vinculada aos interesses populares”.

O PROCESSO DO ACRE

A Auditoria Militar do Amazonas interrogou no dia 9 de abril, em Manaus, os cinco sindicalistas – entre, eles, o presidente e o secretário do PT, Luiz Inácio

da Silva e Jacó Bittar – enquadrados na Lei de Segurança Nacional em razão de um comício feito em Brasileia, no Acre, em 27 de julho do ano passado, às vésperas da morte do capataz Nilo Sérgio de Oliveira.⁴

Os sindicalistas são acusados de terem, no comício, incitado os trabalhadores a se vingarem dos patrões pelo assassinato do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Provisória Municipal do PT nessa cidade, Wilson Souza Pinheiro⁵, ocorrido na noite de 21 de julho de 1980.

Mas os argumentos apresentados pelo procurador Olímpio da Silva Pereira Júnior da Auditoria Militar não chegaram a convencer os cinco juízes que, por unanimidade, negaram o pedido de prisão preventiva contra os sindicalistas, feito de surpresa, à última hora. Diante da negativa do Conselho da 12ª Auditoria Militar, o procurador Olímpio Ferreira entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Militar.

A História

No dia 21 de junho de 1980, por volta de 20h30, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Municipal do PT nessa cidade, Wilson de Souza Pinheiro, é assassinado pelas costas, quando se encontrava reunido com outros trabalhadores na sede do sindicato.

A Contag⁶, através de seu presidente no Acre, José Francisco da Silva, pediu imediatas providências às autoridades para descobrir os autores do crime.

Enquanto isso, o secretário da Prefeitura de Xapuri, Guilherme Lopes – hoje arrolado como uma das testemunhas da acusação no processo contra os sindicalistas – afirmava, segundo se diz no local, que os conflitos de terra no Acre só seriam solucionados “com a morte dos líderes rurais”. E o presidente da Federação de Agricultura do Estado, Francisco Diógenes de Araújo – representante da Volkswagen no Estado e atualmente cursando a Escola Superior de Guerra⁷ – dizia que a morte de Wilson era “rixa interna, e não questão de terras”. Araújo é o responsável pelo pedido de indiciamento dos sindicalistas na LSN e por um documento em que acusa a Prelazia do Acre e Purus, a Contag e o próprio governo estadual de conduzir o Estado a “uma autêntica revolta social”.

Na noite de 27 de julho – aproveitando a presença em Rio Branco de dezenas de líderes rurais e sindicais e de Lula e Bittar para o lançamento do PT no Estado – foi marcado ato de protesto contra a morte de Wilson, diante da sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia. Mais de 4 mil trabalhadores de todo Acre e Estados vizinhos participaram do ato, denunciando as ameaças, perseguições e a atentados que vêm sofrendo.

Na madrugada do dia 28 de julho, o capataz de fazenda Nilo Sérgio de Oliveira, conhecido por seus conflitos com os trabalhadores rurais, é morto na estrada Assis Brasil-Brasileia.

Logo após a morte de Nilo, a polícia começa a fazer prisões em massa e interrogatórios a qualquer pessoa que chegue a Brasileia, gerando um clima de pânico entre a população. Só nas delegacias de Brasileia e Assis Brasil, 15 trabalhadores são encarcerados. Correm as notícias de que líderes rurais estão sendo torturados e, diante disso, muitos trabalhadores passam a se entregar à polícia, assumindo coletivamente a responsabilidade pela morte de Nilo.

No dia 31 de julho, o presidente da Federação de Agricultura do Acre, Francisco Deógenes de Araújo, entra com uma representação na Polícia Federal pedindo a abertura de inquérito e o indiciamento, na Lei de Segurança Nacional, de Luiz Inácio da Silva (presidente do PT), Jacó Bittar (secretário do PT), José Francisco da Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – no Acre), Francisco Alves Mendes Filho (vereador no município de Xapuri e presidente da Executiva Regional do PT) e João Maia da Silva Filho (delegado da Contag em Brasileia). Eles foram acusados por “incitamento à luta armada”, “apologia da vingança”, quando discursaram no ato público de protesto contra a morte de Wilson de Souza Pinheiro, e incitamento à “luta pela violência entre as classes sociais”.

A petição foi aceita pela Polícia Federal no dia 5 de agosto. Lula, Bittar e José Francisco da Silva foram enquadrados no artigo 36, incisos 2º e 4º, parágrafo único, da LSN, que prevê penas de 8 a 30 anos de prisão. Francisco Alves e João Maia foram enquadrados no artigo 36, mas apenas no inciso 4º e parágrafo único.

Até hoje, a morte do líder sindical Wilson Souza Pinheiro não foi esclarecida.⁸

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 2, maio 1981, p. 4. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935, durante o governo de Getúlio Vargas. Entre seus aspectos, destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a segurança do Estado, abandonando as garantias processuais. Durante a Ditadura Militar, em 1967, foi incorporada a ela a doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra. (N.E.)
2. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) é um órgão do governo brasileiro criado em 1924, cujo objetivo era controlar e reprimir os movimentos sociais e políticos considerados contra a ordem e os interesses do Estado. O Deops encerrou suas atividades em março de 1983. (N.E.)
3. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 1930, voltada à defesa das prerrogativas dos advogados e ao aperfeiçoamento da ordem jurídica do país. (N.E.)
4. Nilo Sérgio de Oliveira foi assassinado em 29 de julho de 1980, identificado como o responsável pela morte de Wilson Pinheiro. Nilo era capataz na Fazenda Nova Promissão em Brasileia, no Acre. (N.E.)
5. Wilson de Souza Pinheiro (1933-1980), seringueiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, no Acre, e membro da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores naquele município. Liderou o que ficou conhecido como “mutirão contra jagunçada”, episódio em que centenas de trabalhadores marcharam contra os jagunços que ameaçavam os posseiros da região. Tomaram dezenas de rifles e entregaram as armas ao Exército. Após diversas ameaças de morte, Wilson Pinheiro foi assassinado na noite de 21 de julho de 1980. (N. E.)
6. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) – Fundada em 1964, conta, atualmente, com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura

(Fetags) e mais de quatro mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados. Essa confederação compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Suas pautas de luta estão voltadas para a conquista e ampliação dos direitos dos trabalhadores do campo e da floresta e para a reforma agrária. (N.E.)

7. A Escola Superior de Guerra (ESG) – criada em 22 de outubro de 1948 subordinada à presidência da República através do Estado Maior das Forças Armadas. A escola oferece cursos regulares de comando e Estado Maior e o curso superior de guerra. Em 1999, a Escola passa a ser subordinada ao Ministério da Defesa. (N. E.)

8. Posteriormente apurou-se que Wilson de Souza Pinheiro fora assassinado por José A. Prado e Manoel P. dos Santos, a mando do capataz Nilo Sérgio Oliveira e de outro fazendeiro não identificado. (N. E.)

b) MILITARES ADMITEM: GREVE NÃO É CRIME – 1982

Depois de presos, processados e condenados pela Justiça Militar de São Paulo, os sindicalistas do ABC livram-se da LSN, no caso da greve de 1980.

Sexta-feira, 16 de abril de 1982. Essa será uma data histórica para os trabalhadores brasileiros. Nesse dia, em Brasília, a própria Justiça Militar considerou que fazer e participar de uma greve não é crime contra a segurança nacional.

A decisão foi anunciada às 20:30 horas, quando soou a campainha do plenário do Superior Tribunal Militar (STM) e foi lido o resultado do julgamento dos 11 sindicalistas do ABC paulista processados – e já condenados na Justiça Militar de São Paulo – por liderarem a greve dos metalúrgicos de 1980.

Por maioria de votos, os juízes consideraram que a Justiça Militar era incompetente para julgar trabalhadores que utilizam a greve como forma de defender os seus direitos. Isso também significa que Lula e os demais trabalhadores processados têm o direito de concorrer a qualquer eleição.

Justiça Comum

Com essa decisão, o processo dos sindicalistas do ABC será remetido para a Justiça Comum, em que poderá ser julgado com base nos termos da Lei de Greve. Mas os advogados presentes ao julgamento imediatamente lembraram ser provável que a decisão do STM equivalha a uma absolvição: no Direito Trabalhista, os crimes prescrevem – são apagados e deixam de existir em dois anos. E a denúncia contra os sindicalistas foi feita em meados de maio de 1980 – está, portanto, para caducar nos próximos dias.

O governo, através do procurador-geral da Justiça Militar ainda poderá recorrer do resultado do julgamento de sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF). Será difícil, contudo, que as coisas mudem. Extraoficialmente, foi possível apurar que a decisão de remeter o processo para a Justiça Comum foi adotada por 9 dos 12 juízes.

UMA DECISÃO HISTÓRICA

“A declaração de incompetência, feita pela Justiça Militar, para decidir sobre o processo dos sindicalistas do ABC, tem um alto significado para a classe trabalhadora. Ela quer dizer, claramente, que a Lei de Segurança Nacional não pode ser aplicada em questões de greve, de luta por melhores salários. De certa forma, a histórica decisão do STM é a melhor decisão possível, porque fixa uma jurisprudência que abre um novo caminho para as lutas e para a organização dos trabalhadores do Brasil.”

As declarações são do deputado Airton Soares¹, um dos advogados dos metalúrgicos do ABC, logo após ter sido divulgado o resultado do julgamento do dia 16, em que o Superior Tribunal Militar, por nove votos a três, aceitou a preliminar de incompetência apresentada pelos advogados dos trabalhadores e declarou-se incompetente para julgar o mérito da questão. Embora a desqualificação do processo

na Lei de Segurança Nacional não signifique absolvição, ela quer dizer que, por ora, Lula e os demais sindicalistas estão fora desse processo.

Desdobramentos possíveis

A Justiça Militar deverá enviar os autos do processo para a 1ª Instância da Justiça Federal, em São Paulo. O procurador da Justiça Civil terá de examinar se já não passou o prazo para apresentar novo processo. Se o prazo já passou, isto é, se a ação prescreveu, não haverá mais processos contra Lula e os sindicalistas nesse caso. Se não prescreveu, o procurador deverá verificar se tem ou não, em mãos, elementos que lhe permitam abrir novo processo. E só então poderá tomar a decisão de constituir ou não novo processo, agora na Justiça Civil.

Lula elegível

A decisão do STM assegurou a Lula e aos demais sindicalistas o direito de se candidatarem e se elegerem.

A nova lei de inelegibilidade² diz que só não podem ser eleitos os que forem condenados depois de tentados todos os recursos a todos os tribunais. Portanto, mesmo que Lula e os demais sindicalistas sejam submetidos a novo processo, na Justiça Civil, sobre a questão da greve de 1980, em 1982 eles poderão ser eleitos.

Todas as etapas do julgamento

Seis advogados defenderam os sindicalistas no julgamento do Superior Tribunal Militar, dia 16, em Brasília. Eis a relação de advogados e respectivos clientes:

Advogado Luis Eduardo Greenhalgh: Lula, Djalma Bom, Manoel Anísio e Juraci Batista. Airton Soares. Nelson Campanholo. Iberê Bandeira de Melo: Rubens Teodoro. José Paulo Sepúlveda Pertence: Gilson Correia. Heleno Fragoso: Wagner Uno Alves e Osmar Santos de Mendonça. Idibal Piveta: José Maria de Almeida e Enilson Simões de Moura. Idibal Piveta é também advogado de José Cicote e Timóteo Luis, que haviam sido absolvidos pela Auditoria Militar de São Paulo e que, portanto, não foram a julgamento no STM.

O roteiro do julgamento

O julgamento dos onze sindicalistas obedeceu ao seguinte roteiro:

Começou a uma e meia da tarde. O primeiro a falar foi o juiz relator, que leu seu parecer. Em seguida falaram os seis advogados de defesa, por vinte minutos cada.

Os trabalhos foram, então, suspensos durante cerca de uma hora.

A defesa dos advogados

Os seis advogados dos sindicalistas apresentaram várias razões para defender os seus clientes.

O advogado Idibal Piveta fez um apelo preliminar para que fosse anulado o julgamento realizado em novembro de 1981 pela Auditoria Militar de São Paulo. O advogado disse que, nesse julgamento da Auditoria, os juízes interromperam a sessão para jantar, e que, de acordo com o Código Penal, isso é motivo de anulação do julgamento.

Os seis advogados também apresentaram preliminarmente, outros argumentos. O principal desses argumentos foi o de que as questões de greve são regulamentadas pela Lei de Greve³, e não pela Lei de Segurança Nacional. E que, portanto, os sindicalistas não deveriam estar sendo julgados por Auditorias e Tribunais Militares, mas sim pela Justiça do Trabalho.

Os advogados também apresentaram duas outras razões preliminares. A primeira é que deve haver semelhança de julgamento quando há semelhança de comportamento dos acusados. Ora, em 1979, os metalúrgicos do ABC fizeram greve por salários e não foram condenados. Em 1980 fizeram greve pelos mesmos motivos, mas dessa vez foram condenados. Os advogados concluem dessa semelhança que os sindicalistas também não deveriam ser condenados pela Lei de Segurança Nacional, no caso da greve de 1980.

A segunda razão é que a greve foi claramente econômica, e não política. Portanto, dizem os advogados, os sindicalistas não tiveram a intenção de prejudicar politicamente o país, e, portanto, não devem ser condenados pela Lei de Segurança Nacional.

Na defesa das preliminares, destacaram-se os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e José Paulo Sepúlveda Pertence.

Essas razões até aqui citadas são razões preliminares. Elas tiveram o objetivo de anular a condenação já feita pela Auditoria Militar de São Paulo em novembro do ano passado, ou de tirar o caso da Justiça Militar e passá-lo para a Justiça Civil.

No que se refere ao mérito da questão, isto é, ao assunto principal do processo, todos os advogados pediram a absolvição dos sindicalistas.

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 2, abr. 1982, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Airton Estevens Soares (1945 – 1987), advogado, deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) entre 1979 e 1983 e também pelo Partido dos Trabalhadores entre 1983 e 1987. (N.E.)

2. Em 1970, a Lei Complementar nº 5 estabeleceu uma série de condições para inelegibilidade de candidatos. Entre as situações elencadas, não poderiam se eleger aqueles que perdessem seus direitos políticos, os que foram excluídos do benefício da anistia, os que participassem de agrupamentos ou partidos políticos que contrariassem o regime, dentre outras. (N.E.)

3. Em 1937 com a Constituição estabelecida pelo Estado Novo, as greves foram proibidas. Em 1946, o artigo 158 da Constituição regulou o direito de greve, assegurada mediante lei. Em 1º de julho de 1964, após o golpe militar, o decreto nº 4.330 modificou o direito de greve, declarando qualquer greve ilegal. Em 1978, o decreto 1.632 modificou

este quadro, proibindo os funcionários públicos e aqueles que prestam “serviços essenciais e de interesse da segurança nacional,” como os de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás, bancos, transportes, comunicações, farmácias, hospitais. (N.E.)

c) FAZENDEIROS QUEREM MATAR CHICO

Luiz Eduardo Greenhalgh¹

Os trabalhadores rurais é que estão garantindo a segurança do vereador Francisco Mendes

A vida do companheiro Chico Mendes, do Acre, está ameaçada.

Há um pistoleiro contratado por centenas de milhares de cruzeiros, o qual não faz segredo da missão assassina.

As “autoridades” foram informadas da situação, mas se negam a oferecer garantias de vida ao companheiro.

Somente os seringueiros estão zelando pela integridade física de Chico Mendes.

A omissão das autoridades significa conivência. A conivência garante a impunidade e esta gera a reincidência.

Assim foi no assassinato de Wilson Souza Pinheiro, cujos culpados não foram processados.

A questão da terra

Por trás de toda essa situação de violência está a questão da posse da terra.

No Acre, a questão relativa à posse da terra é o problema central e angustiante dos trabalhadores rurais.

De um lado, o governo, a polícia e os fazendeiros, apelidados “paulistas”, porque, em geral, esses exploradores vêm do Sul do país, e, do outro lado, os seringueiros, que vivem da extração do látex para a feitura da borracha, andando pelos varadouros nas matas e, com isso, sobrevivem ou tentam sobreviver.

Os fazendeiros não têm interesse econômico na manutenção dos seringais existentes, que são nativos, e, por isso, fazem as “derrubadas” das matas para substituir a seringa pelo gado, muito mais rentável.

“Empate da derrubada”

As derrubadas correspondem à eliminação da única possibilidade de sobrevivência dos seringueiros na região. E é por isso que eles se unem para fazer os chamados “empates de derrubada”, ou seja, quando os fazendeiros saem para derrubar, os seringueiros saem para impedir isso.

O justo enfrentamento dos seringueiros aumenta a tensão na área. Os fazendeiros contratam pistoleiros, mobilizam a Polícia Federal e espalham o terror, queimando casas e destruindo hortas e pequenas plantações e matando aqueles que são considerados os líderes dos seringueiros.

Assim foi no caso do assassinato do companheiro e fundador do PT, Wilson Souza Pinheiro, cujo assassino até hoje está impune. Morreu por defender os direitos dos seringueiros.

Aqueles que protestaram contra a impunidade do assassinato de Wilson estão enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Responsabilização

É assim no Brasil. Quem luta pela justiça, pelos direitos dos trabalhadores e pela libertação do oprimido sofre a perseguição implacável do opressor.

Por isso é que a notícia de que o companheiro Francisco Mendes, de Xapuri-Acre, estava ameaçado de morte por fazendeiros ligados a grupos financeiros de São Paulo (Frigorífico Bordon?) trouxe a preocupação a toda a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores.

O companheiro Chico Mendes é o exemplo do companheiro dedicado. Basta dizer que, para fazer as reuniões do PT, ele vara aqueles seringais imensos, durante dias, a pé.

Sua liderança é a confiança que os seringueiros nele depositam (e também no PT), trazem a certeza de que as ameaças são concretas e que o PT, durante a sua vida, vai ter sobre si o peso brutal da repressão do governo e dos patrões.

As ameaças não nos intimidam, mas também não queremos mártires. A classe operária já tem milhões de mártires. Queremos o companheiro vivo e, desde já, responsabilizamos o presidente da República², o ministro da Justiça³ e o superintendente da Polícia Federal⁴ pelo que vier a acontecer ao companheiro Chico Mendes.

CARTA DE LULA A ABI-ACKEL

O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, enviou carta ao ministro da Justiça, a propósito das ameaças de morte contra Francisco Mendes:

“Exmo. Sr. Ministro da Justiça. DD.DR. Ibraim Abi-Ackel. Senhor Ministro, Na qualidade de presidente do Partido dos Trabalhadores venho à presença de V. Exa., por meio desta carta, para informar-lhe acerca de fatos que estão ocorrendo no Acre, em especial na cidade de Xapuri, com um dirigente nacional do PT, o vereador Francisco Mendes.

Sabe V. Exa. os problemas que envolveram a luta pela posse da terra, no interior do País, e sabe também que o Governo vem dando soluções insatisfatórias à questão.

Os organismos criados para resolver tais conflitos são inoperantes e na maioria das vezes se colocam ao lado dos esbulhadores, grileiros e latifundiários, ao invés de o fazerem em defesa dos lavradores.

Esse comportamento condenável faz com que os latifundiários se robusteçam na prepotência e na prática de arbitrariedades contra humildes posseiros que se encontram trabalhando em suas terras.

O Fetat e a Polícia Federal costumemente se associam aos grupos de capangas e pistoleiros contratados pelos grileiros de terras públicas e fazem vistas grossas às perseguições que eles perpetraram aos lavradores e a quem os defende e apoia.

Pois bem. Isso está ocorrendo, agora, no Acre.

Não seria uma posição alarmista dizer-lhe ser provável, quando V. Exa., receber esta carta, que a vida do companheiro Francisco Mendes já poderá ter sido ceifada.

O companheiro Francisco Mendes, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e atual candidato a deputado estadual pelo Estado do Acre, pela legenda

do PT, sempre defendeu os seringueiros na luta pela sua permanência nas terras e, por isso, é e sempre foi perseguido pelos grileiros.

Há alguns dias atrás, entretanto, veiculou-se com insistência que os fazendeiros de Xapuri tinham contratado um pistoleiro para assassinar Francisco Mendes.

A notícia e o atirador caminham às soltas pelas ruas da cidade e nenhuma autoridade se dispôs a investigar as ameaças, ou dar ao vereador as garantias necessárias.

Daí por que encaminho a V. Exa. a denúncia de tais fatos, certo de que o Governo a que a V. Exa. presta a colaboração não desejará ser responsabilizado pela omissão em coibir abusos contra cidadãos que vivem constantemente ameaçados e não encontram por parte do Estado a tutela de seus direitos individuais, especial o da vida. Atenciosamente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 8, jul. 1982, p. 8. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, advogado do Partido dos Trabalhadores no processo que enquadrou Lula e mais 12 sindicalistas na Lei de Segurança Nacional. Ao longo de sua atuação política no Partido dos Trabalhadores, foi vice-prefeito de São Paulo durante a gestão de Luíza Erundina entre 1989-1993 e também deputado federal entre 1990-1991; 1997-1999; 2001-2003; 2003-2007. (N.E.)

2. O presidente no contexto era João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Militar. Foi o último presidente do regime militar no Brasil entre 1979 a 1985. (N.E.)

3. Ibrahim Abi-Ackel (1927). Advogado e político. Vereador em Manhuaçu-MG entre 1955-1959; deputado estadual em Minas Gerais em 1963-1975, deputado federal entre 1975-1983 e 1989-2007, ministro da Justiça entre 1980-1985, durante a ditadura militar no governo de João Figueiredo. (N.E.)

4. Romeu Tuma (1931-), assume em 1982 a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo. (N.E.)

d) PM: 350 MORTOS EM 273 DIAS – 1982

Deputado denuncia ao ministro da Justiça os assassinatos da Rota¹

Pelo menos uma pessoa é morta por dia pela Rota (uma divisão da Polícia Militar) em São Paulo, essa é a dramática conclusão a que se chega ao examinar os dados existentes.

Na verdade, a média aritmética é ainda maior do que um por dia: de 1º de janeiro a 30 de setembro – 273 dias, portanto – a Rota matou 350 pessoas.

Denúncia

Esses dados – além de outros igualmente escandalosos – constam de denúncia enviada pelo deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT de São Paulo, ao ministro Abi-Ackel, da Justiça. O deputado fez, na mesma ocasião, pronunciamento na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Casos especiais

Além da relação completa dos 350 mortos – em que constam qualificação da vítima, local e data da ocorrência, e, muitas vezes, indicação da viatura e dos policiais responsáveis –, a denúncia do deputado petista também relata vários casos especialmente violentos.

Casos especiais e reais de violência

É o seguinte o texto da denúncia do deputado do PT:

“Venho encaminhar a Vossa Excelência um levantamento dramático de 350 (trezentos e cinquenta) casos de morte de pessoas em episódios com a polícia militar na região metropolitana de São Paulo, no período de 1º de janeiro de 1982 até a presente data.

No dia 29 de abril último, fizemos um pronunciamento da Tribuna desta Assembleia Legislativa em que comentávamos, com tristeza, a indesculpável violência da polícia militar na região da Grande São Paulo. Apontávamos a regularidade de ocorrências de morte envolvendo policiais militares, principalmente da Rota e do Tático Móvel, sempre com a mesma justificativa: Os policiais militares agiram em defesa própria e em estrito cumprimento do dever, atirando sempre depois que o bandido, com várias passagens pela polícia – ou pela Febem², no caso de menores, reagiu violentamente à voz de prisão. Em nosso pronunciamento, enfatizávamos, também, a gravidade desta pena de morte, regularmente utilizada pelos policiais militares, com maiores danos à sociedade devido à falta de julgamento prévio das vítimas. Como pode uma polícia, em um país civilizado, atirar primeiro para depois obter provas se o indivíduo em “atitudes suspeitas” é ou não criminoso? Para isso existe a Justiça e para isso existe, em nossa Constituição da República, o direito de ser julgado por tribunal e júri independentes e de ser considerado inocente até prova

em contrário. A polícia militar age como se qualquer indivíduo, conversando em um lugar ermo e à noite, fosse automaticamente criminoso. Atira antes e sempre considera culpado até prova de inocência. Não podemos tolerar a continuação de ação de uma polícia militar que desobedece frequentemente a Constituição da República e faz letra morta das regras mais elementares do Direito.

Com a finalidade de melhor compreender a verdadeira situação das ocorrências que envolvem policiais militares, escrevemos um ofício ao Juiz presidente do Tribunal da Justiça Militar do Estado de São Paulo, ofício este que foi lido desta Tribuna. Como não recebemos resposta, reiteramos nossos pedidos com um segundo ofício, a ser também transcrito nos anais desta Casa. Fizemos, na ocasião do dia 29 de abril, também uma moção, de número 74/82, pedindo ao Congresso Nacional que apresente uma emenda à Constituição devolvendo à Justiça Civil o poder de julgar os crimes de policiais militares e eliminando o fórum especial instaurado com a Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, que havia deslocado a competência para processar e julgar os crimes cometidos pelos integrantes das polícias militares da Justiça Comum para a Justiça Militar Estadual (letra “d” do nº 1 no inciso VII do artigo 144 da Constituição Federal).”

Aumentou

“Desde nosso pronunciamento original, constatamos que a gravidade das ocorrências com policiais militares aumentou. Existe, ao que parece, uma surda competição entre a Tático Móvel³ e a Rota para mostrar, de acordo com a imprensa, “quem são os melhores policiais”. Na interpretação desses mal treinados membros das polícias militares isto parece dizer quem “mata mais bandido”. No total, neste ano de 1982, houve 350 (trezentos e cinquenta) mortes ocasionadas por responsabilidade de policiais militares. Conforme pudemos apurar, 170 (cento e setenta) foram devido à ação da Rota, 113 (cento e treze) ocasionadas por policiais militares da tático Móvel, 39 (trinta e nove) da Rádio Patrulha e outras 28 (vinte e oito) de responsabilidade de outras patrulhas da polícia militar, como as Rondas Ostensivas e as Rondas Setoriais. Quarenta e duas das vítimas são menores de 18 anos de idade, 128 (cento e vinte oito) negros, 5 (cinco mulheres). Muitos são trabalhadores, sem antecedentes criminais.

Esse exagerado número e as circunstâncias em que ocorreram os episódios denotam com clareza um extraordinário abuso por parte das autoridades responsáveis; pela segurança pública. Sem respeito pela vida do ser humano, contrariando a legislação vigente, em inúmeras oportunidades, os policiais militares em São Paulo têm decidido a aplicação sumária da pena de morte sem julgamento e atingindo muitas vezes pessoas inocentes e menores de idade. Muitas pessoas mortas não foram sequer identificadas. Em editorial, do dia 10 de setembro de 1982, *O Estado de S. Paulo* pergunta: “Justiceiros ou policiais? De fato matam-se bandidos que reagem à prisão e bandidos que se entregam, e junto com estes, trabalhadores honestos, rapazolas inocentes, arrimos de família, simples transeuntes que têm a má sorte de cruzar, à noite, e na periferia, com um desses grupos de justiceiros em que as rondas se transformaram. Para nós não importa se quem morre é culpado ou inocente. Importa que as pessoas são assassinadas. Importa que os agentes pagos e armados pela sociedade

para fazer cumprir e respeitar a lei tomam-na em suas próprias mãos e fazem dela o que bem entendem, escarnecendo a Justiça e impondo a todos os cidadãos a pior das truculências, a daqueles que, escudados na farda miliciana, deveriam conter a violência que estimulam.

No caso de Válder Antônio Grilli, explicado em detalhe pela reportagem da *Folha de S.Paulo* de domingo, 3 de outubro, de 1982, aqui anexa⁴, e já objeto de carta de dona Maria Aparecida Grilli, mãe da vítima, enviada à Vossa Excelência, no último dia 24 de agosto, mostra um claro abuso de poder por parte dos policiais militares. O caso de Válder Antônio Grilli, infelizmente, não é o único na região de São Paulo.”

[...]

As sugestões do Partido

Em discurso que fez na Assembleia Legislativa no dia 6 de outubro, o deputado Suplicy⁵ denunciou o fato também ao governador do Estado de São Paulo⁶, ao comandante da Polícia Militar, ao secretário da Segurança Pública⁷ e ao procurador-geral da Justiça⁸.

No final da denúncia, diz o deputado: “Se continuarem a ocorrer (as violências), estará o Governo ciente de quais são os responsáveis pela omissão e conivência. Ficará claro para todos que esta contínua violência das autoridades responsáveis pela segurança pública constitui política premeditada de um Governo para intimidar a população. O intuito, dessa maneira, é de fazer os trabalhadores se sentirem mais atemorizados pelo regime e desencorajados de ter qualquer participação política”.

Como conclusão, o deputado apresenta trabalho – feito por ele, pelo candidato do PT a vice-governador em São Paulo, Hélio Bicudo⁹, e por outros companheiros de Partido – contendo as sugestões do Partido dos Trabalhadores para modificar o quadro em profundidade.

Entre as sugestões, há a de criação de uma polícia civil desarmada (apoiada por policiamento armado para casos graves), descentralização da polícia e do Judiciário para maior rapidez de ação, nova periodização do funcionamento da Justiça e restabelecimento da competência da Justiça Comum para julgar os crimes de policiais militares, eliminando o fórum especial de que hoje eles gozam.

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 14, out. 1982, p. 5. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), é uma tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo, oriunda do 1º Batalhão Tobias de Aguiar, transformada em Rota em 1970, cujo objetivo inicial era ser uma ronda bancária para conter assaltos a bancos e grupos considerados de guerrilha durante a Ditadura Militar. (N.E.)

2. Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), foi criada durante a década

de 1970 no contexto da Ditadura Militar como uma instituição responsável pela reclusão e prisão de menores infratores e abandonados. (N.E.)

3. Modalidade de patrulhamento que deriva da unificação, pela Polícia Militar, da Rádio Patrulha, antes realizada pela Guarda Civil e pela Força Pública. Em 1998 foi substituída pela atual Força Tática. (N.E.)

4. A reportagem da *Folha de S.Paulo* no original deste documento discorre sobre o assassinato de Válder.

5. Eduardo Matarazzo Suplicy (1941-), economista, professor e político brasileiro. Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1983-1987. (N.E.)

6. No contexto, José Maria Marin (1932-), advogado e político brasileiro, governador do Estado de São Paulo entre 1982-1983 pelo Partido Democrático Social (PDS). (N.E.)

7. No contexto, o secretário era o desembargador Octávio Gonzaga Junior. (N.E.)

8. No contexto, o procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo era João Severino de Oliveira Peres. (N.E.)

9. Hélio Bicudo (1922-), advogado, professor e político brasileiro. Concorreu ao governo do Estado de São Paulo nas eleições de 1982 a vice-governador e Lula para governador. Também foi Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1991-1995 e 1995-1998. (N.E.)

e) O PT CONDENA A LEI DE SEGURANÇA E PEDE O FIM DA ROTA E DO DOPS – 1983

O desmantelamento da Rota e do Dops, o combate à Lei de Segurança Nacional e a investigação das atividades do Serviço Nacional de Informações (SNI) são três das recomendações de luta contidas em moção aprovada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em sua reunião de fevereiro.

Ameaça permanente

É o seguinte o texto da moção aprovada:

“Considerando que a LSN é ameaça permanente ao livre exercício do direito de opinião, de organização e manifestação dos trabalhadores e do povo;

Considerando que a vigência dos Serviços de Informações, especialmente do SNI¹, já desmascarados nas suas reais funções de instrumentos permanentes de perseguição política contra os trabalhadores e o povo, é ameaça constante aos anseios democráticos dos brasileiros;

Considerando que a existência de novos presos políticos, após o advento da Anistia, uma vez que centenas de brasileiros, de diversos setores sociais (estudantes, professores, jornalistas, sacerdotes, sindicalistas, operários e posseiros) foram presos, processados e condenados pelos Tribunais Militares, cerceia e compromete a luta dos trabalhadores e do povo em busca de sua emancipação;

Considerando que a intensificação da violência policial contra os trabalhadores, executada pelas forças repressivas federal e estaduais, de que a Rota é vergonhoso exemplo, impõem a urgência de providências;

Considerando que o Partido dos Trabalhadores tem dirigentes políticos como Luiz Inácio Lula da Silva, Jacó Bittar, Freitas Diniz, Francisco Mendes e João Maia processados perante a LSN e dirigentes políticos como o deputado José Cicote, o ex-deputado Benedito Marcílio processados perante o Supremo Tribunal Federal, estabelece para o PT a necessidade urgente de providências;

O Diretório Nacional recomenda que:

1. Aos Diretórios Regionais, Diretórios Municipais e Núcleos de base, que desencadeiem de imediato campanha nacional de luta, pelo fim da LSN, pelo desmantelamento do aparelho repressivo – inclusive o SNI, as Rotas, os Dops, e outros – e pela liberdade dos companheiros petistas;

2. A bancada federal do PT viabilize de imediato projeto de lei que revogue a LSN e que busque a unidade do parlamento em torno dessa questão;

3. A bancada federal do PT viabilize de imediato a constituição de CPI's sobre o funcionamento, reais objetivos, e práticas ilegais pelo SNI, Rotas etc.”

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 20, mar/abr. 1983, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTA

1. O Serviço Nacional de Informações era um órgão subordinado à presidência da República. Ele foi criado durante a ditadura militar, em junho de 1964, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contrainformação, especialmente as de interesse para a segurança nacional. O SNI foi extinto em 1990. (N.E.)

f) APOIO DO PT ÀS LUTAS – 1983

A posição do Partido diante das manifestações populares contra o desemprego

As manifestações populares contra o desemprego, ocorridas na primeira semana de abril, em São Paulo¹ – e depois repetidas, em ponto menor, em outros lugares do país – foram objeto de várias análises do Partido dos Trabalhadores. Publicamos aqui o resultado dessas análises consubstanciado em duas notas oficiais. A primeira é da Comissão Executiva Nacional do PT, datada de 8 de abril. A segunda é a nota do PT de São Paulo, emitida no dia 5.

CEN

“Comprometido desde as suas origens com os interesses dos trabalhadores, o PT manifesta hoje, mais uma vez, seu integral apoio às lutas travadas contra o desemprego, com ampla ressonância pelo país. A mobilização e organização dos desempregados é legítima e justa, pois são eles as vítimas primeiras da criminosa política econômica aplicada pelo governo federal, que leva os trabalhadores à miséria. O maior culpado dos recentes acontecimentos em São Paulo é o regime autoritário com uma política recessiva que mais uma vez joga sobre os trabalhadores o maior peso da crise. Em São Paulo, segundo o Dieese², chegamos ao calamitoso número de 784 mil desempregados, que se somam a uma população subempregada de cerca de 1 milhão e meio de pessoas.

O governo do Estado de São Paulo não pode ser considerado responsável pelo desemprego, mas denunciaremos seu comportamento incompetente e desastrado diante desses acontecimentos. O governador Franco Montoro³ assumiu prioritariamente, na campanha eleitoral, as bandeiras da participação popular e da criação de empregos. Agora, porém, recusou-se ao diálogo com os trabalhadores reunidos em Santo Amaro, preferindo mandar a polícia para reprimi-los, o que aconteceu com extrema violência, assim aumentando o clima de desespero que tomava conta dos manifestantes. Depois, protelou intoleravelmente as conversações quando os trabalhadores se dirigiam ao palácio, contribuindo para agravar uma situação que terminaria degenerando em mais violência.

O PT entende que as depredações só servem para prejudicar os nossos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores. Observa, contudo, que a caça às bruxas, que se estimula hoje no Palácio dos Bandeirantes, cumpre o objetivo de desviar a atenção da opinião pública do gravíssimo problema social que está na origem dos acontecimentos. Do mesmo modo, vem servindo para justificar, da parte do governo estadual, medidas que caracterizam um retrocesso político incompatível com as promessas da campanha eleitoral, como o ato do secretário da Segurança impedindo reuniões de trabalhadores ao ar livre.

Da mesma maneira, o PT condena os pronunciamentos que visam incriminar o movimento popular, repelindo em particular as referências do secretário de Segurança à Comissão pró-CUT, expressão legítima do movimento sindical. Tudo isso indica que, nesta oportunidade, o governo Montoro recuou lamentavelmente de seus compromissos

diante dos graves problemas que afetam o povo, omitindo-se ante o dever de esclarecer à opinião pública sobre as responsabilidades do governo federal.

O PT rechaça as insinuações de que o partido teria responsabilidade pelos excessos havidos e repudia as acusações que procuram apenas encobrir a incompetência governamental em lidar com o movimento popular, bem como a irresponsabilidade dos que pretendiam manipulá-lo. Lembremos, a propósito, que historicamente quem sempre se utiliza de provocações que nada contribuem para a luta dos trabalhadores são os setores mais reacionários da sociedade.

Tendo se recusado ao diálogo com o povo, o governo estadual tratou uma questão social como questão de polícia. O PT entende que a democracia não poderá ser alcançada com atitudes como essas. Uma verdadeira democracia no Brasil só existirá na medida em que seja reconhecido o direito de livre organização dos trabalhadores e assegurada sua plena participação na defesa de seus interesses.

O PT reafirma a legitimidade da luta contra o desemprego e a disposição de continuar a luta na organização do povo por um novo modelo econômico no Brasil. O PT tem sugerido e entende que medidas concretas e urgentes precisam ser tomadas, sem o que esses fatos continuarão a se repetir em São Paulo e em todo o país.”

São Paulo, 8 de abril de 1983. Executiva Nacional.

PT paulista

“Eclodiu ontem em Santo Amaro um movimento desorganizado, mas obstinado, de desempregados que, diante do desespero da situação vivida por suas famílias, saíram às ruas para manifestar sua revolta e dizer ao povo de São Paulo da gravidade de sua situação, conseguir alimentos para suas famílias, exigir das autoridades medidas concretas contra o desemprego e, depois de escaramuças com a polícia e das prisões de participantes dos movimentos, passaram a lutar contra ela e a exigir a libertação de seus presos.

O Partido dos Trabalhadores, através de seus parlamentares e militantes, interveio durante todo o dia neste movimento com três preocupações básicas: contribuir para que ele avançasse seus níveis de organização; garantir a integridade dos cidadãos atingidos por uma violência indiscriminada da polícia; convencer os manifestantes de que a população não era responsável por sua situação e procurar abrir canais para que suas reivindicações fossem ouvidas pelo governo estadual.

A responsabilidade pelo desemprego não é do governo do Sr. Franco Montoro. Vivemos uma crise econômica nacional e sob uma política de enfrentamento desta crise que penaliza os trabalhadores com a recessão, o arrocho salarial e o desemprego. Os trabalhadores têm que ter claro que o grande culpado é o governo federal que entrega os trabalhadores de bandeja ao FMI.⁴ São eles os responsáveis pela dívida externa e não podemos aceitar que sejam os trabalhadores com sua miséria e seu desemprego que paguem a dívida. Quem tem de pagá-la são os monopólios e as multinacionais. Se o governo Montoro, e o PMDB⁵, estão dispostos a mobilizar o povo de São Paulo contra esta política, caminharemos juntos. Entretanto, além de propostas que só poderão ser enfrentadas a nível federal, acreditamos que muito pode ser feito aqui mesmo e agora.

Gostaríamos assim de tornar públicas algumas críticas à atuação do governo estadual. Presentes no local, somos obrigados a constatar que, se alguma orientação foi dada no sentido de que a polícia permitisse a liberdade de manifestação, tal orientação não foi seguida pela polícia que reprimia os manifestantes, que invadiam lojas comerciais, mas também procurava a todo tempo dissuadir manifestações contribuindo para pulverizá-las e, assim, para que elas fossem se tornando cada vez menos organizadas e capazes de encontrar uma direção eficaz.

Entretanto, denunciada a violência policial que atingiu a tudo e a todos, queremos dirigir nossa crítica ao que nos pareceu a falha mais importante do governo. O governo estadual demorou em tomar consciência da gravidade dos fatos em Santo Amaro e só à noite deslocou a questão para o eixo que nos parecia o único aceitável desde o primeiro momento: tratar os incidentes como um fato que demandava medidas e respostas no plano social, e não no plano policial, que é como foram encarados os fatos enquanto aconteciam durante todo o dia.

Diante dos ataques que hoje se fazem pela imprensa, ou em notas patronais, às orientações do governo, querendo que o governo Montoro retorne à sua orientação inicial de tratar a questão como uma questão de polícia, e criticam-no apenas por ter sido “pouco violento”, exigindo mais violência policial, queremos dizer à população que ela está sendo desinformada e enganada sobre os fatos. E que precisamos repudiar este comportamento e, ao contrário, exigir um enfrentamento social da questão.

Terminamos tornando públicas as propostas que o Partido dos Trabalhadores apresenta para o enfrentamento da questão. Os trabalhadores devem lutar por elas, tendo claro que algumas só poderão ser atendidas em nível federal e outras já podem ser encaminhadas pelo governo estadual.

1. Medidas de curto prazo: redução da jornada de trabalho para 40 horas; salário desemprego calculado na base de 1 (hum) salário mínimo, mais meio salário por dependente, o que é possível utilizando-se recursos do FGTS⁶, PIS e Pasep⁷ que, em agosto de 1981, somavam 51 bilhões de cruzeiros, quando o desembolso a título de salário desemprego de 1,5 salário mínimo por desempregado em média, para 3,3 milhões de desempregados, seria de 41 bilhões de cruzeiros; ativação do fundo-desemprego já existente; estabilidade no emprego; ampliação dos serviços públicos prestados às populações de baixa renda (saúde, educação etc.), expansão das redes de água, esgoto, luz etc. às populações de baixa renda, melhoria do abastecimento alimentar nos centros urbanos, ampliação dos programas de construção de casas populares: isenção das tarifas de água, luz, gás e de prestações da casa própria para os desempregados; criação do passe-desemprego para os transportes urbanos.

2. Medidas de médio prazo: uma reforma agrária controlada pelos trabalhadores; controle do progresso técnico e amparo aos atingidos pelo desemprego tecnológico; programas de investimento público e privado visando à absorção do exército industrial da reserva.”

São Paulo, 5 de março de 1983. Partido dos Trabalhadores.

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 21, abr/mai. 1983, p. 8. Acervo CSBH-FPA

NOTAS

1. A crise econômica e as demissões em massa marcaram o começo dos anos 1980 no Brasil. Neste contexto, ocorreram alguns protestos populares em reação a este cenário. Um deles ocorreu na cidade de São Paulo, entre os dias 4 e 6 de abril de 1983, no Largo 13 de Maio, bairro de Santo Amaro. (N.E.)
2. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é uma entidade fundada pelo movimento sindical brasileiro em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. (N.E.)
3. André Franco Montoro (1916-1999). Advogado, professor e político. Vereador em São Paulo (1951-1952), deputado estadual em São Paulo (1955-1958), deputado federal por São Paulo (1959-1971, 1995-1999), ministro do Trabalho e da Previdência Social (1961-1962), senador por São Paulo (1971-1983), governador de São Paulo (1983-1987). (N.E.)
4. O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1945 como um dos sustentáculos da reconstrução da ordem econômica internacional do pós-Guerra. (N.E.)
5. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), fundado em janeiro de 1980 a partir do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição durante o período de bipartidarismo da ditadura militar, extinto em 1979 com o restabelecimento do pluripartidarismo. (N. E.)
6. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é um direito do trabalhador criado na década de 1960 para proteger o empregado que é demitido sem justa causa. No início de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na CAIXA, em nome dos seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. (N.E.)
7. O Fundo PIS-Pasep é resultante da unificação, em 1976, dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), originalmente criados em 1970, benefício social que, após 1988, passou a ser destinado ao Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (N.E.)

g) AVESTRUZES E OUTROS BICHOS – 1983

Eder Sader¹

O *Jornal da Tarde* do dia 6 de abril iniciou sua longa reportagem sobre o “dia de caos” em São Paulo narrando o comportamento de um “mulato espigado” que, depois de falar com saudades dos “governos revolucionários” que mantinham a ordem, acabou entrando numa loja e pegando um par de blusas. Como explicar? A resposta do articulista não está à altura da sensibilidade do repórter: faltou polícia. Aí vemos como a reação das nossas classes dominantes terminou sendo ainda mais extraordinária do que os próprios acontecimentos. Na *Folha de S.Paulo* “o Sr. Souza Queiroz chega a nos ensinar que a revolução francesa poderia ter sido evitada se Luis XVI tivesse sabido usar a repressão” (Está assim mesmo. Confirmam na página 3 do dia 7 e o homem é professor da USP e ex-diretor do instituto de Estudos da Associação Comercial).

Assim, se o quebra-quebra nos revela muito sobre o estado de ânimo da população, revela mais ainda sobre a imbecilidade das nossas elites. Diante de um fenômeno da dimensão do que tomou conta da cidade, sua preocupação se volta toda para identificar “quem está por trás” e efetuar uma repressão mais eficaz. Uns enxergam trotskistas, PCdoB², membros do PT, agentes pastorais. Outros identificam provocadores de extrema-direita. Outros assinalam a atuação de assaltantes comuns. Mas aonde querem chegar por aí? Certamente a alguma ideia de povo que lhes agrada e a quem eles prometem respeitar ao mesmo tempo em que voltam seu ódio contra “baderneiros”, “agitadores”, “delinquentes” que encontram todos os dias nas ruas.

Mas querer distinguir o “povo puro” das suas ideias do povo constituído por metalúrgicos junto com trombadinhas, luteranos com comunistas, donas de casa, com malandros, é mais insano do que pretender retirar as listras de uma zebra. Com essa “busca de responsáveis”, eles estão fugindo de um problema que deveria lhes assustar de verdade. É o fato de que milhares de respeitáveis pais de família e donas de casa, dada a oportunidade, não sentiram maiores problemas em retirar o que podiam de qualquer estabelecimento comercial.

Diante do exemplo de tanta negociata e tanto cinismo lá de cima, de Capemis³ e Delfins⁴, do ganho escandaloso de uns poucos contrastando com a miséria de muitos, os dominados já não acreditam nos sagrados valores que lhes faziam respeitar a ordem. Agora o respeito à propriedade só valeu quando a polícia estava lá para garantir. Isso deveria assustar elites menos estúpidas.

Mas em sua insuperável estreiteza, Maluf⁵, Delfim⁶, Marchezan⁷ e amigos só pensam em manipular dividendos políticos com os desgastes do PMDB, fingindo ignorar que são eles os alvos principais do ódio popular. Infelizmente, do lado do governo Montoro a lucidez não é maior: a preocupação de “assegurar a ordem” para tranquilizar proprietários sucedeu a incrível insensibilidade para os reclamos dos trabalhadores.

Isso não quer dizer que essa revolta popular não coloque problemas também para nós. O povo tem infinitas razões para perder a paciência, mas essa ex-

ploração sem rumo não traz em si mesma solução para seus problemas. E a verdade é que essa população não tem mais confiança em qualquer mecanismo político. Eles votam, mas quando a situação apertada não acreditam que nenhuma representação possa lhes valer.

E, no entanto, essa insatisfação tem que ser canalizada politicamente. O que não quer dizer que qualquer partido deva enquadrá-la, cumprindo uma função domesticadora, burocratizando-a através de comitês que esquecem suas origens e de plataformas que só servem para a triste retórica de discursos que se satisfazem com a própria eloquência. Devemos sim buscar constituir comissões que mantenham a mobilização e a organização, e não que se percam nos corredores dos palácios. Devemos estimular a energia popular a voltar-se para a conquista de direitos que melhorem sua situação e alimentem sua confiança nas próprias forças.

Vai nesse sentido a orientação do PT em São Paulo.

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 21, abr/mai. 1983, p. 8. Acervo CSBH-FPA.

FONTE

1. Eder Simão Sader (1941-1988). Sociólogo, foi um dos fundadores da facção Política Operária (Polop). Exilado no Chile entre 1971 e 1973, militou no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Após o golpe de Pinochet, refugiou-se na França no período de 1974 a 1979 e lecionou na Universidade de Paris VIII. Ao regressar ao Brasil, tornou-se docente de sociologia na Universidade
2. PCdoB – Sigla do Partido Comunista do Brasil, organizado em 1962 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (N.E.) de São Paulo, sendo também um dos fundadores do PT. (N. E.)
3. Empresa criada em 1960, inicialmente denominada Caixa de Pecúlio Mauá (Capema), pouco depois transformada na Caixa de Pecúlio dos Militares e ainda, posteriormente, na Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios – Beneficente, a Capema sofreu uma CPI nos anos 1980 por suspeita de corrupção e desvio de recursos públicos. (N.E.)
4. O Grupo Delfin é uma empresa privada de aplicações em poupança. Entre as décadas de 1970 e 1980 chegou a atingir a marca de mais de três milhões de depositantes em 83 agências de depósito da poupança. O grupo sofreu intervenção do Banco Central em 1983 por suspeita de irregularidades de sua dívida com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e por fraude dos títulos de capitalização que lesaram milhões de pessoas. (N. E.)
5. Paulo Salim Maluf (1931-). Engenheiro e político. Prefeito de São Paulo (1969-1971), governador de São Paulo (1979-1982), deputado federal por São Paulo (1983-1987). (N.E.)
6. Antônio Delfim Neto (1928-). Economista. Durante a Ditadura Militar foi ministro da Fazenda, de 1967 a 1974, embaixador do Brasil na França, de 1975 a 1978, ministro da Agricultura em 1979 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1979 as 1985. Foi deputado federal por São Paulo de 1987 a 2006. (N.E.)
7. Nelson Marchezan (1938-2002), advogado. Deputado federal pelo Rio Grande do Sul pelo Arena entre 1975-1979 e pelo PDS entre 1979-1983 e 1983-1987. (N.E.)

h) OS PEÕES DE SANTARÉM RESISTEM À VIOLÊNCIA – 1983

Solidariedade a Geraldo Pastana¹

A cidade de Santarém, no Estado do Pará, foi palco, no dia 28 de março, da manifestação de solidariedade à luta dos trabalhadores rurais da região. Nesse dia, centenas de lavradores, donas de casa, comerciários, pescadores, estudantes e operários se concentraram diante da Delegacia de Polícia de Santarém para apoiar Geraldo Pastana, membro do Diretório Nacional do PT e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

Farsa

Geraldo Pastana foi intimado a comparecer à Delegacia de Polícia local para cumprir formalidades relativas a um processo judicial que vem se arrastando há mais de dois anos, passando por Belém e indo até o Supremo Tribunal Federal em Brasília.

O processo é considerado uma grotesca farsa judiciária, montada por latifundiários e políticos do PDS² para golpear a atuação firme que o Sindicato vem desenvolvendo na organização, pela base, de toda a categoria em torno da defesa da terra para quem nela vive e trabalha; pela conquista de preços justos e por uma boa assistência à saúde para todos os trabalhadores.

Desde 1980, quando o movimento de oposição denominado Corrente Sindical “Lavradores Unidos” expulsou a pelegada e conquistou o Sindicato, aumentaram, ainda mais, as perseguições, ataques e humilhações contra os lavradores e suas famílias. Essas barbaridades são feitas por pistoleiros, elementos da Polícia Civil e Militar do Pará, bem como por funcionários de órgão do governo federal – Inkra³ e IBDF.⁴

Em 1981, os trabalhadores santarenos realizaram grande manifestação no 1º de outubro – Dia Nacional de Luta para protestar contra as perseguições. A mobilização e a organização dos lavradores vêm crescendo a cada dia, impulsionadas também pela proximidade de eleições sindicais, marcadas para o dia 22 de maio, quando vai concorrer a Chapa 2, encabeçada por Avelino Ganzer⁵, e apoiada pela “Lavradores Unidos”.

Por isso, as autoridades locais, mancomunadas com o PDS e com todos os demais inimigos dos trabalhadores, resolveram desengavetar o processo, começando tudo de novo, numa desesperada tentativa de apoiar o pelego que encabeça a Chapa 1, Geraldo Henrique de Araújo.

Resistência

A reação do Movimento Popular foi imediata. Atendendo à convocação de várias entidades e do Internúcleo do PT de Santarém, centenas de trabalhadores acompanharam Geraldo Pastana em sua ida à delegacia.

A massa permaneceu serena e firme, durante mais de duas horas, diante da delegacia, sem recuar com as provocações do delegado José Palheda que, acintosa-

mente, pegou uma metralhadora e, com a chegada de um grupo de PM's armados de cacetes e ajudados por um carro do Corpo de Bombeiros, pronto para jogar água nos trabalhadores reunidos. A cada provocação, a massa respondia cantando, de maneira vibrante, o hino da Chapa 2.

A polícia atrasou, deliberadamente, a permanência de Geraldo na delegacia, mas os trabalhadores não se dispersaram. Receberam entusiasticamente o presidente do Sindicato. Carregado pela multidão, Geraldo falou: "Acabo de ser fichado criminalmente por um crime que jamais cometi. Esta é uma perseguição contra o nosso Sindicato por causa de seu compromisso com a luta dos trabalhadores em prol da liberdade e da justiça..."

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, nº 21, abr/mai. 1983, p. 8. Acervo CSBH-FPA.

NOTA

1. Geraldo Irineu Pastana de Oliveira (1947-), no contexto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém-PA, militante do Partido dos Trabalhadores, foi eleito deputado federal pelo partido entre 1995-1999. (N.E.)
2. O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar, ocorrido em fins de novembro de 1979. (N.E.)
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada em 1970 cuja missão prioritária seria a de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. (N.E.)
4. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) era uma entidade ligada ao governo federal com a incumbência de tratar os assuntos relativos às matas e florestas brasileiras. Em 1989, esse instituto foi extinto e sua estrutura foi transferida para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). (N.E.)
5. Avelino Ganzer (1948 -) integrou a chapa no qual fazia parte Geraldo Pastana, eleito do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, vitoriosa em maio de 1980. No contexto, foi eleito delegado representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri). (N.E.)

i) A REPÚBLICA E AS GREVES – 1985

Bernardo Kucinski¹

O general Octavio Aguiar de Medeiros², chefe do SNI na velha república, levou um pito do ministro do Exército³ porque revelou a tática da Nova República para acabar com as greves: “Cacete não é santo, mas faz milagres”, disse Medeiros. De fato, o cacete comeu solto na Nova República.

A polícia do “governo democrático” de Franco Montoro não respeitou nem mulheres e crianças na repressão aos boias-frias. “O movimento era pacífico e o trabalhador não se preparou para enfrentar uma guerra”, queixou-se Hélio Neves, um dos diretores da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp).⁴

A Fetaesp contabilizou 83 prisões e 30 feridos. Em Pitangueiras, havia mulheres e crianças entre os feridos, três dos quais tiveram de ser levados ao hospital. Também durante as greves dos metalúrgicos muitos dirigentes sindicais foram rodeados e espancados pela polícia. Na Nova República, é crime fazer piquete – crime reprimido a cacetada. A repressão chegou a tal ponto que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto⁵, acabou fazendo o papel do “bom policial”, o que entra em cena depois do preso ter sido “trabalhado” pelo outro polícia, oferece cigarro, dá conselhos, entre os quais o de assinar a confissão. Só que o conselho de Almir é para assinar um acordo. As forças reacionárias da Nova República encurralaram o ministro Pazzianotto.

Waldir Trigo⁶, deputado estadual pelo PMDB, exigiu a remoção do comandante da PM, Milton Pink, que chefou a guerra contra os boias-frias em Bebedouro.⁷ Certamente de olho na eleição do ano que vem, Trigo anunciou que se afastava da vice-liderança na Assembleia. O principal assessor político do governador Montoro, Luís Carlos Bresser Pereira⁸, ficou tão assustado com a escalada de repressão, que acusou os empresários de falso alarmismo perante as greves. Bresser Pereira disse que “a burguesia nunca esteve tão forte no Brasil e todo mundo sabe disso”. O que desmentia o diagnóstico do chefe do SNI (na Nova República), general Ivan de Souza Mendes, segundo o qual “as greves poderiam levar à desestabilização do regime”.

As greves, como se vê, racharam o governo da Nova República. Só que na briga entre os duros e os moles, foi o povo que levou o cacete. Esse filme nós já vimos.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº10, jun.1985, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Bernardo Kucinski (1937-), jornalista, escritor e cientista político, colaborou nesta edição do *Boletim Nacional do PT*. (N.E.)

2. Otávio Aguiar de Medeiros (1922-2005). Militar, chefe do Serviço Nacional de Informações entre 1978-1985. (N.E.)

3. Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015), ministro do exército durante o governo de José Sarney. (N.E.)

4. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (Fetaesp) é um órgão criado em julho de 1962 por iniciativa dos sindicatos rurais do estado de São Paulo. (N.E.)

5. Almir Pazzianotto Pinto (1936-), advogado, ministro do Trabalho entre 1985-1989. (N.E.)

6. Waldir Alceu Trigo (1938-2011), médico, farmacêutico e bioquímico. Deputado Estadual entre 1983 e 1987, reeleito em 1987 e 1991. (N.E.)

7. Em 1984, houve uma série de greves dos boias-frias no interior de São Paulo. Em 15 de maio daquele ano, ocorreu em Guariba, interior de São Paulo, uma forte repressão deflagrada pela polícia militar aos trabalhadores em greve nesta região. Nos dias que se seguiram, cidades vizinhas como Bebedouro, Barrinha e Morro Agudo também aderiram à paralisação, também em protesto aos acontecimentos violentos ocorridos em Guariba. (N.E.)

8. Luiz Carlos Bresser-Pereira (1934-), economista e cientista político. Secretário de governo de São Paulo entre 1985- 1987, durante a gestão do ex-governador Franco Montoro (1985-1989). Exerceu o cargo de ministro da Fazenda do Brasil (1987) durante o governo José Sarney. (N.E.)

j) CHEIRO DE MORTES NA NOVA REPÚBLICA – 1985

Os telefonemas assustados de São Luis do Maranhão falavam de um massacre de 27 camponeses na Fazenda Capoema, no Vale do Pindaré. O maior de tantos massacres nos últimos tempos. Rubens Lemos¹, da Direção Nacional do PT, deslocou-se imediatamente para o Vale do Pindaré, juntando-se a uma comissão de investigação formada por entidades populares. Eis o seu relato:

Calor de 38 graus, noite escura feito breu e a primeira informação concreta: dois posseiros mortos e uma mulher ferida. Local: Capoema (no Maranhão), a fazenda grilada pelo atual secretário da Indústria e Comércio do Paraná, Francisco Simeão Rodrigues Neto, o “Chico Rico”. A mulher, Maria Nazaré de Souza, escapou milagrosamente. A bala atingiu-a de raspão. Em Buriticupu, o clima é tenso. “Sentense no ar o cheiro da morte”, disse o padre Cláudio. O terror se instalou no pequeno povoado.

Buriticupu e Arame são os povoados-chaves dessa região, que há dez anos mais ou menos foi transformada em área de colonização a partir de um projeto do então governador do Maranhão, José Sarney.² A colonização vem sendo feita por grandes empresas, entre as quais a Varig, Mafisa e Vale do Rio Doce. Capoema tem 45 quilômetros de frente e 60.000 hectares.

Buriticupu não tem mais de 200 casas, a maioria de madeira, taipa ou rebocho. De acordo com o último censo, ali vivem aproximadamente 3.600 pessoas. Não existe nenhuma infraestrutura. Banho, só de cuia. A igreja católica, o salão paroquial e um pequeno mercado são os prédios mais importantes do povoado, que ainda tem uma pracinha e um campo de futebol de chão batido.

Em busca das provas

Dois lavradores mortos de emboscada. Por que falavam em 27? Exatamente porque Irineu Manoel da Silva andou falando demais. Irineu era considerado o mais perigoso chefe de pistoleiros do Vale do Pindaré. E foi ele que comandou a emboscada contra os dois posseiros e Maria Nazaré. Depois que fez o “serviço”, Irineu esteve no Arame e, ao lado de Ribamar – pistoleiro do “segundo escalão” –, disse no povoado que haviam “almoçado” mais de vinte posseiros da Capoema. Uma semana depois, Irineu foi agarrado e executado. Mais de oitenta pessoas pegaram o pistoleiro no seu esconderijo. O julgamento sumário, mas, antes, a confissão de Irineu: quem mandou emboscar os posseiros foi o médico e fazendeiro Armando César Saraiva Casemiro, cunhado de Francisco Simeão Rodrigues Neto, o “Chico Rico”. Outras pessoas estavam marcadas para morrer, revelou Irineu. Entre elas, Luiz Soares Vilanova, presidente do PT no Maranhão; Antônio Alves de Macedo Filho, “Bigode” (ver depoimento exclusivo ao Boletim Nacional); padre Jean, da paróquia do Arame, e Mirtes, da Pastoral Operária em Buriticupu.

Um grupo de aproximadamente sessenta pessoas, representando várias entidades e partidos, havia chegado à região e, dividido em comissões, passou a

atuar, ao longo de dois dias, em Buriticupu, Capoeira e Arame com o objetivo de averiguar e, se possível, obter prova das anunciadas 27 mortes. Mais ou menos 1.500 metros depois da entrada da Fazenda Capoeira, a comissão encontrou as covas rasas em que foram enterrados os dois posseiros emboscados no dia 3 de outubro. Perto das covas, a trincheira armada pelos pistoleiros. E, durante a incursão, iam aumentando os indícios de que alguma coisa muito mais séria teria ocorrido, inclusive com relação ao número de mortes. Por exemplo: a fazenda estava literalmente abandonada, mas sabia-se da existência de 400 famílias na área, num total presumível de 1.400 pessoas. Roças recém-brocadas indicavam a presença recente de posseiros. Casebres abandonados apresentavam vestígios claros de que neles houvera gente até bem pouco tempo: utensílios domésticos, óleo de cozinha, farinha, sal, arroz. Num deles, duas espingardas de “soca”. A meia hora de caminhada do local da emboscada, sentia-se forte mau-cheiro, possivelmente de corpos em estado de putrefação. Dadas as condições inóspitas da mata cerrada, com imensos socavões, tornava-se impossível o acesso ao ponto de onde vinha o mau-cheiro.

Fortalecendo indícios

Em Buriticupu, sob verdadeira cortina de silêncio e medo, com pistoleiros conhecidos desfilando acintosamente pelo povoado, pudemos mesmo assim obter algumas informações que fortalecem os indícios do massacre, independentemente de números exatos: 1) o fazendeiro conhecido como “Manoel Goiano” declarou, logo após a revelação da morte dos dois posseiros, que “não foram só esses. Tem mais gente morta e vai morrer muito mais”; 2) “Antônio das Folhas”, bastante conhecido na região, revelou que seu filho, passando pelas matas de Capoeira, havia se deparado com “mais de dez corpos de lavradores crivados de bala”; 3) declaração de “Marivete”, dono de caminhão de fretes em Buriticupu: a 30 de setembro, contratado por Irineu, ele levou para as terras de Capoeira um grupo de mais ou menos vinte pessoas, das quais seis eram pistoleiros. Além disso, foi feito um carregamento de armas longas e curtas e várias caixas de balas. Três dias depois, ocorria a emboscada; 4) no dia da emboscada, “coincidentalmente” não havia um só policial disponível em Buriticupu: o delegado estava fora. Dos seis soldados, quatro estavam viajando e os outros dois estavam “doentes”; 5) a emboscada ocorreu em 3 de outubro, mas a polícia só apareceu em Capoeira cinco dias depois, tempo suficiente para que os interessados fizessem a “limpeza da área”.

Barril de pólvora

Deixamos Buriticupu, passando por Açailândia, sem a certeza de quantos posseiros foram assassinados, mas convictos de que a região é um barril de pólvora. Nela, compreendendo todas as terras do Tocantins-Araguaia, existem cerca de 50 milhões de hectares de latifúndio. A maioria absoluta é de terras improdutivas, conforme reconhece o próprio Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em estudo apresentado ao governo federal em agosto. Trecho do documento: “A região do Araguaia-Tocantins, objeto do presente estudo, (...) apresenta-se como a área de maiores conflitos, decorrentes da disputa pela posse da terra, tendo re-

sultado na morte de centenas de pessoas, entre posseiros, pistoleiros e fazendeiros, num confronto envolvendo milhares, de famílias”. Diz ainda o documento: “**Órgãos policiais:** Existe um total desaparecimento da Polícia Militar, que se ressentida da falta de recursos, refletindo na escassez de pessoal, equipamentos e adequado treinamento dos funcionários para o desempenho de suas funções. Por outro lado, existem denúncias, segundo as quais, o aparelho policial tradicionalmente **tem dado apoio a fazendeiros e grileiros** (o grifo é nosso), promovendo despejos sem ordem judicial e agindo com violência contra os posseiros”. Com relação aos órgãos judiciários, o estudo do Mirad³ denuncia: “Observa-se, da mesma forma, um total desaparecimento do Poder Judiciário estadual, com baixa remuneração dos servidores e escassez de recursos humanos e materiais. Nessa área, que se apresenta como a região de maiores conflitos pela posse da terra, com a ocorrência de centenas de assassinatos, verifica-se que esses crimes dificilmente chegam a ser apurados e os responsáveis julgados. Impera um clima de total impunidade que implica num estado de insegurança para a população. Há denúncias de que setores do aparelho judiciário atuam em conivência com pretensos proprietários ou grileiros na expedição de medidas liminares para a promoção de despejos de famílias, sem considerar seus direitos de posse já adquiridos”.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n.º 14, nov. 1985, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Rubens Lemos (1941-1999), jornalista, militante do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte (RN). (N.E.)
2. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930-) adotou legalmente o nome de José Sarney Costa em 1965. Advogado, professor e político, governador do Maranhão entre 1966-1970. (N.E.)
3. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), criado através do decreto nº 91.214 em 30 de abril de 1985, tinha entre seus objetivos realizar estudos para reforma agrária, regularização fundiária, legitimação de posses, colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada. Em 1989, foi extinto através da medida provisória nº 29. (N.E.)

k) VIOLÊNCIA NO CAMPO – 1986

Augusto Franco

A violência que se abate sobre as lideranças e os militantes do movimento sindical rural, bem como sobre a massa dos trabalhadores do campo brasileiro, atinge, hoje, sob o governo da “Nova República”¹, índices alarmantes. A chamada “aliança democrática”², em pouco menos de um ano na condução do país, assassinou mais trabalhadores do que a Ditadura Militar nos seus últimos três anos de governo. Hoje, no Brasil, morre assassinado, em média, um trabalhador a cada dois dias.

Podemos identificar algumas características principais dessa violência que atinge os trabalhadores rurais. Em primeiro lugar, é uma **violência de classe**. É a violência dos que têm contra os que não têm. Quem é agredido, quem morre, é o trabalhador, não o latifundiário que detém o poder econômico e político a partir do monopólio da terra.

Em segundo lugar, é uma **violência generalizada**: as agressões, as expulsões, os assassinatos estão presentes em todo o país, e não apenas em uma ou outra região particular de conflito.

Em terceiro lugar, é uma **violência seletiva**. Os trabalhadores violentados – em geral assassinados – são, quase sempre, aqueles que se destacam na luta pela terra ou nas lutas sindicais por melhores condições de vida e trabalho.

Parece óbvio que esta violência de classe, generalizada e seletiva, só pode ser uma **violência organizada**! Há uma orientação geral que norteia o comportamento dos grandes proprietários em cada lugar, e, por conseguinte, dirige a ação dos jagunços e, muitas vezes, da própria polícia, na eliminação dos dirigentes e das lideranças do movimento dos trabalhadores rurais.

Possivelmente, ainda não exista um plano nacional de eliminação das lideranças de trabalhadores rurais, quer dizer: não existe ainda uma lista nacional dos “cabras marcados para morrer”. Não há mais dúvidas, todavia, de que existam listas regionais elaboradas sob a luz de uma orientação geral nacional: a eliminação das “cabeças”. Estados como Pará e Goiás ilustram claramente a existência dessa violência organizada, ou melhor, dessa organização da violência, ou ainda, de organizações patronais que executam a violência em âmbito regional a partir de uma orientação nacional. Tudo indica que a luta para barrar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária³ da “Nova República”, bem como as articulações, ora em andamento, para garantir a eleição de constituintes comprometidos com o latifúndio, possibilitaram a aglutinação da direita, no campo brasileiro, com vistas à organização da violência contra os trabalhadores rurais. Tiraram-se orientações nacionais que hoje estão sendo aplicadas em várias regiões do país.

Em Goiás, o assassinato de Nativo da Natividade Oliveira⁴, presidente do STR [Sindicato dos Trabalhadores Rurais] de Carmo do Rio Verde e dirigente estadual da CUT, é um exemplo claro dessa violência de classe seletiva e organizada. Nativo não estava envolvido em conflitos de terra, que, aliás, inexistem em seu município e região. Nativo, porém, pela sua destacada atuação sindical, incomodava fazendeiros como Genésio Pereira, diretores da Faeg, Federação – patronal – da Agri-

cultura do Estado de Goiás⁵, como Geraldo Reis⁶, e o próprio prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal, do PMDB, conforme o inquérito policial já comprovou. Nativo, então, passou a fazer parte da lista dos latifundiários de Goiás, que têm a seu serviço uma ampla rede de executores, um verdadeiro “sindicato do crime” que agencia pistoleiros por preços que vão, hoje, de um a dez milhões de cruzeiros. Tudo isso de acordo com o depoimento assinado de João José Magalhães, um dos executores de Nativo, preso no início de janeiro.

Diante dessa organização da violência no campo brasileiro, a “Nova República” não toma nenhuma providência. Em primeiro lugar, porque os governos da chamada “aliança democrática” estão, via de regra, envolvidos nos crimes. Em segundo lugar, porque boa parte da base eleitoral da “Nova República” continua sendo constituída pelo voto de cabresto dos caciques regionais. A transição conservadora vive assim uma contradição: por um lado, é vanguardada pelos capitalistas “avançados” dos grandes centros industriais; por outro lado, se apoia no latifúndio, o qual, por sua vez, abre espaços para a atuação da direita, envolvendo desde os ideólogos da repressão até o mais vil banditismo organizado.

O caso Nativo é ilustrador dessa violência de classe seletiva e organizada: uma violência da direita! Em defesa de Geraldo Reis, um dos mandantes do assassinato, acorreram logo seus colegas da Federação patronal. Em ofício encaminhado dia 28 de Outubro de 1985 – cinco dias após o crime – à direção do jornal *O Popular* de Goiânia, Paulo Seroni, presidente da Faeg, criticou o jornal por ter divulgado notícias referentes ao envolvimento de Geraldo Reis, acusando “setores ideológicos e até da Igreja” de fomentarem “invasões de terras, criando condições que tenderiam a justificar reações do mesmo nível”. Tentando se defender das acusações, o próprio Geraldo Reis enviou ao mesmo jornal, em 19 de Novembro de 1985, uma nota na qual acusava Nativo de pessoa que viajava “para outros estados onde agia com vigor, com paixão, concitando trabalhadores a pressionarem os poderes constituídos... que acredita encontrar soluções onde elas não existiam, (tendo) viajado a Cuba, Nicarágua, Guatemala, na tentativa de trazer estratégias de conduta para o nosso povo...” A defesa ideológica do dirigente patronal Geraldo Reis se enquadra perfeitamente nas articulações que ora se realizam para a organização da violência. Em Goiás, foi criada, em meados do 2º semestre de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR)⁷ com objetivos puramente ideológicos, para defender a “iniciativa privada” e impedir que se ameace o capitalismo, como afirmou Ronaldo de Ramos Caiado⁸, presidente da entidade. Um dos membros da UDR-GO, Altair Veloso⁹, afirmou em reunião realizada em Presidente Prudente (SP) que “quem não sabe defender suas terras não tem direito a elas. Precisamos adquirir força para podermos reagir (aos que ocupam as propriedades como já acontece em Goiás)”. Nesse sentido, a UDR já está mobilizando-se com vistas a estruturar-se a nível nacional, eleger constituintes em 1986 e formar seu próprio “corpo de vigilância”. E, para criar uma infraestrutura que viabilize essas operações, já foi realizado na cidade de Goiânia um leilão de 1 mil bois. O leilão rendeu 1,6 bilhão e, na opinião do advogado Daniel Schwenck, defensor dos proprietários de terras de Pontal do Paranapanema (SP), se for aplicado o dinheiro em investimentos, só os juros pagarão com sobras um corpo de segurança. No dia 5 de novembro último, foi realizada uma reunião, em Presidente Prudente-

-SP, cujo objetivo era a criação de uma força paramilitar a fim de impedir invasões de terras. Participaram dessa reunião, oficiais aposentados do Exército e da PM (os quais comporão a unidade especial), além de fazendeiros de vários pontos do país.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº16, jan/fev. 1986, p. 10. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. “Nova República” foi uma expressão empregada para designar o governo escolhido em eleição indireta, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985. (N. E.)
2. Coalizão formada em 1984 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS), lançou a chapa Tancredo Neves e José Sarney na disputa presidencial no colégio eleitoral em 15 de janeiro de 1985. (N.E.)
3. O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária foi criado em 1985 através do decreto nº 91.766, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Sua atuação se deu através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com vigência entre 1985 e 1989, pretendia abranger 1 milhão e 400 mil famílias em 43 milhões de hectares. De acordo com o Incra, até 1989, desta meta, apenas 82.869 famílias foram assentadas. (N.E.)
4. Nativo da Natividade de Oliveira (1953-1985), lavrador, foi assassinado na porta do Sindicato dos Trabalhadores de Carmo do Rio Verde em 23 de outubro de 1985. (N.E.)
5. A Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) é uma instituição privada sem fins lucrativos criada em 1951 mantida por 60 mil produtores rurais. (N.E.)
6. Geraldo dos Reis Oliveira, no contexto, presidente do Sindicato Rural Patronal e membro da União Democrática Ruralista (UDR). (N.E.)
7. A UDR foi criada em 1985 por grandes proprietários de terra com o propósito de defender a propriedade privada e como símbolo da radicalização do patronato rural contra a política de terras conduzida pelo governo federal entre os anos 1985 e 1990. (N.E.)
8. Ronaldo Ramos Caiado (1949-), produtor rural, médico e político brasileiro. Foi um dos criadores da União Democrática Ruralista, presidindo-a entre 1986 e 1989. (N.E.)
9. Altair Veloso, médico, fazendeiro. No contexto, diretor operacional da União Democrática Ruralista (UDR). (N.E.)

1) MAIS UM CRIME... – 1986

Adailson Vêras

O crime de omissão. É o mínimo que se pode dizer do descaso do governo frente aos avisos de que o padre Josimo Moraes Tavares¹ era mais um petista marcado para morrer.

A morte do padre Josimo Tavares, assassinado no último dia 10, em Imperatriz, no Maranhão, a mando de latifundiários ligados à União Democrática Ruralista (UDR) da região do Araguaia/Tocantins, deixou consternados os trabalhadores rurais do Submédio São Francisco. Ele esteve em visita à região atingida pela barragem de Itaparica, no final de janeiro de 1984, atendendo ao convite dos Sindicatos da área para participar da 6.^a Concentração dos Trabalhadores Rurais Atingidos pela Barragem de Itaparica.

Em sua visita, o padre Josimo se mostrou espantado ao constatar o fato de que lavradores tinham de utilizar o diesel ou a gasolina para promover a irrigação, “numa área onde se produz tanta energia”. “Seria muito mais fácil – dizia ele – usar aquela força que é produzida aqui. Mas tudo isso o governo faz para dificultar, com certeza, essa vida dos trabalhadores”. E concluía o seu pensamento fazendo duras críticas ao governo da época: “Ao invés de auxiliar os trabalhadores, o governo, pelo contrário, vem é desmobilizar os trabalhadores, afogar os trabalhadores com as águas”.

Durante a manifestação pública que reuniu mais de cinco mil lavradores de toda a área atingida pelo reservatório de Itaparica, o padre Josimo se referiu à Chesf² como a “besta-fera de hoje” e afirmou: “O que está acontecendo aqui não é isolado. A gente veio do Araguaia/Tocantins para dar apoio a essas sete mil famílias que estão sendo massacradas pela Chesf. Em nossa região, lutamos junto com os posseiros, junto com os arrendatários e lá também a política do governo é a mesma de massacrar o trabalhador”.

Violência

Naquela ocasião, o padre Josimo Tavares denunciou a violência reinante na região do Araguaia/Tocantins, certamente prenunciando que ele próprio viria a se tornar, mais tarde, o “mártir da Reforma Agrária”. Dizia ele: “Em nossa região, no ano de 1983, nós registramos 39 mortes de trabalhadores rurais. Entre esses, alguns foram mortos pelos próprios policiais. E quero registrar aqui a morte do companheiro João Honório, que foi morto no final de dezembro, por policiais de Conceição do Araguaia”. Existem lá – dizia ele – 3.400 famílias ameaçadas de despejo, 332 casas foram queimadas durante o ano de 1983. Tudo isso para implantar o Projeto Carajás³”.

O padre Josimo considerava o Araguaia/Tocantins um “grande quartel” e apontava como prova disso a prisão dos dois padres, colegas seus, Aristides Camio e Francisco Goriou e mais 13 posseiros, que permaneceram presos por 2 anos e 4 meses, pela polícia federal. O padre Josimo, ao fazer essas denúncias em janeiro de 1984, aos lavradores do São Francisco, ainda não sabia que ele viria a ser mais tarde a prova mais evidente do “cangaço moderno” que corre solto na região do Bico

do Papagaio, como é conhecida nos meios sindicais a área onde atuou. Essa região compreende o norte de Goiás, o sul do Pará e o Maranhão, onde 15 líderes sindicais e 170 posseiros foram fuzilados nos últimos doze meses por pistoleiros profissionais.

Marcado para Morrer

Dia 15 de abril último, o padre Josimo se convenceu de que havia sido escolhido para morrer pelos fazendeiros da região em que trabalhava. Naquele dia, o seu jipe Toyota foi alvejado por 5 balas de revólver num atentado de qual saiu ileso e, logo em seguida, denunciou o fato às autoridades da Igreja e do próprio governo. Um minucioso relato em que pedia ajuda a quem o quisesse proteger foi enviado à Anistia Internacional, em Londres, e uma outra cópia foi entregue ao presidente Sarney por uma comissão da CNBB.⁴ O documento, a partir daí, seguiu uma rotina burocrática cuja lentidão não permitiu que as providências solicitadas chegassem a tempo. Até o instante em que o pistoleiro Geraldo Rodrigues disparou a sua pistola Taurus 7.65 contra o indefeso padre, nenhuma providência tinha sido tomada.

Sociedade Nova

O Polo Sindical do Submédio São Francisco, que reúne os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de 13 municípios, encaminhou telegramas ao ministro da Justiça Paulo Brossard⁵ reivindicando “providências enérgicas para o criminoso e o mandante, já conhecidos”. Ao mesmo tempo, os sindicalistas pedem providências às ameaças que persistem sobre centenas de trabalhadores rurais, líderes sindicais, em todo o país, a fim de evitar novos crimes.

Ao mesmo tempo, os lavradores expressaram a sua solidariedade ao padre Josimo, em telegrama enviado à Comissão Pastoral da Terra⁶ em nome de Dom Hilário Aluísio Pinho, bispo de Tocantinópolis (GO).

Os trabalhadores rurais ainda recordam com pesar as palavras proferidas pelo padre Josimo Tavares, quando de sua visita à região: “Espero que as águas do São Francisco que vão se misturar com as águas do Araguaia/Tocantins possam trazer a transformação, uma sociedade nova para o Brasil, para a classe trabalhadora do mundo”.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 19, jun. 1986, p. 4-5. Acervo CSBH - FPA

NOTAS

1. Josimo Moraes Tavares (1953-1986), sacerdote católico, coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Tocantins. Foi assassinado no dia 10 de maio, no escritório da CPT. (N.E.)

2. Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), é sociedade anônima de capital aberto e economia mista, criada através do decreto 8.031, em 1945. A empresa atua em consonância com Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela distri-

buição de energia elétrica no Nordeste. (N.E.)

3. O Projeto Grande Carajás foi um plano de exploração mineral, implantado entre 1980 e 1986. Estende-se por cerca de 900 mil km², numa área que abrange os estados do Maranhão, parte do Tocantins e do Pará, considerados uma das mais ricas áreas minerais do planeta. (N.E.)

4. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil, fundado em 14 de outubro de 1952. (N.E.)

5. Paulo Brossard de Sousa Pinto (1924-2015), advogado, pecuarista e político brasileiro, ministro da Justiça entre 1986 e 1989, durante o governo do ex-presidente José Sarney. (N.E.)

6. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, logo passando a atuar também como uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. (N.E.)

m) O MASSACRE DE LEME – 1986

Luis Eduardo Greenhalgh¹

Diário da chacina de Leme

7/7/86

Segunda, 7 de julho. Quase meia-noite, toca o telefone. Era alguém de Leme, que eu não conhecia. Voz assustada, descrevia a greve dos canavieiros e dizia das violências que a Polícia Militar, durante o dia, havia praticado contra os trabalhadores, na tentativa de dissolver a assembleia. No final, o apelo para que eu e outros companheiros fôssemos a Leme. A greve já durava 14 dias.

8/7/86

Terça, 8 de julho. O deputado Eduardo Suplicy², Jacó Bittar³, o deputado Djalma Bom⁴, companheiros Paulo Azevedo⁵, Hélio Bicudo⁶ e outros fomos a Leme. Durante a assembleia dos trabalhadores, Suplicy colheu seus depoimentos sobre as condições de vida e trabalho. Salários miseráveis. As falcatruas na pesagem da cana colhida. Por isso, reivindicam o controle da produção por metro linear, e não por tonelada.

Procurei saber das violências da Polícia Militar. Diversos trabalhadores confirmaram que haviam sido espancados. O companheiro Vidor Faita havia sido preso em Araras. Foi liberado pela intervenção de Hélio Bicudo e Paulo Azevedo. Um apelo unânime: que intercedêssemos junto à Secretaria da Segurança para conter as violências da PM. Assumimos este compromisso. Voltamos. O deputado Djalma Bom e o companheiro Paulo Azevedo resolveram permanecer em Leme. No mesmo dia, Suplicy mantém contato com a Secretaria de Segurança. Narra as violências contra os trabalhadores. Pede providências. Reclama garantias. Recebe informações de que a situação estava sob controle e que a Polícia Militar somente estava para garantir os direitos daqueles que queriam trabalhar.

Quarta e quinta, mantivemos contato com Leme. A greve continuava: a tensão aumentava por causa de uma reunião entre representantes de diversos setores da comunidade de Leme – religiosos, sindicalistas e políticos – com o empresário Rui de Souza Queiroz, dono da Usina Cresciumal, que disse, alto e bom som, “que as coisas em Leme somente voltariam ao normal quando dois ou três trabalhadores fossem mortos”. Não abriu nenhuma possibilidade de acordo.

Além disso, numa mesa-redonda anterior, que contou com a presença do ministro do Trabalho, os usineiros confessaram, sem cerimônia, que, de fato, muitas cláusulas da Convenção Coletiva do Trabalho eles não cumpriam nem iam cumprir, e que não tinha acordo.

10/7/86

Quinta, 10 de julho. Quase meia-noite, toca o telefone. Do outro lado da linha, o teólogo Valdir Alberti, que informava que Leme estava recebendo grande

quantidade de tropas da Polícia Militar, deslocadas das cidades vizinhas. Previa a ocorrência de muita violência na madrugada seguinte. Pedia que voltássemos a Leme.

A Chacina

Sexta, 11 de julho. Sete horas da manhã. O teólogo, voz rouca e embargada, noticiava o assassinato de Sibebe e Orlando. A existência de diversos feridos a bala. O espancamento e a prisão de muitos trabalhadores e deputados do PT: Djalma Bom, Anísio Batista, José Genoíno Neto.

Os companheiros Paulo Azevedo (braço enfaixado) e Vidor Faita (escoriações generalizadas) contavam o que tinha ocorrido: a Polícia Militar havia investido contra os lavradores, atirando, jogando bombas de gás lacrimogêneo, com cães pastores, cassetetes e todos os demais apetrechos bélicos que a caracterizam.

Resultado: 2 mortos, 30 feridos. Muitos presos. A tragédia havia se consumado. O que era previsível ocorreu. A Polícia Militar transformou Leme numa praça de guerra. Os trabalhadores foram chacinados. Os responsáveis: a PM comandada pelos tenente-coronel Sendin⁷ e capitão Vilar.

Quando chegamos – o padre Ermano Alegri, coordenador nacional da CPT e eu –, a cidade parecia ter sido varrida por um vendaval. Todos corriam assustados, de um lado para outro, sem saber o que fazer. As autoridades, umas gaguejavam, outras lamentavam o ocorrido.

A partir daí, começavam as declarações do ministro da Justiça, Paulo Brosard, do superintendente da Polícia Militar, delegado Romeu Tuma⁸, do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, do secretário da Segurança Pública de SP e da Justiça, Eduardo Muylaert⁹, e o próprio governador Franco Montoro, todas no sentido de atribuir as responsabilidades ao PT e à CUT.

A farsa se articulava

“O primeiro disparo, que desencadeou o tiroteio entre canavieiros e não grevistas, teria partido do carro MI-9964 pertencente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, à disposição da Liderança do PT”, era a informação contida no relatório enviado pelo delegado Romeu Tuma, da Polícia Federal, ao presidente José Sarney, no dia dos fatos.

No carro estariam os deputados do PT José Genoíno Neto¹⁰ e Geraldo Siqueira¹¹. Junto com eles, os companheiros Paulo Azevedo e “Chicão” (assessor do deputado Anísio Batista).

Mentira. O deputado Geraldo Siqueira estava nesse momento em Angra dos Reis, numa manifestação antinuclear, com Suplicy, o deputado José Genoíno estava no palco dos acontecimentos, mas fora do carro. Idem Paulo Azevedo e “Chicão”. O tal carro havia chegado ao local para socorrer alguns feridos. Dentro dele, somente o motorista Jeremias, que presta serviços ao deputado Anísio Batista.

Os deputados do PT socorreram as vítimas e transportaram-nas para a Santa Casa. Orlando Corrêa morreu nos braços de Djalma Bom. Nenhum deles estava armado. Foram presos nas dependências da Santa Casa. Estavam também machucados.

Mas Tuma, Brossard, Muylaert e Montoro não disseram a verdade. Era preciso culpar o PT e a CUT para salvar a Polícia Militar.

Assim, pegaram três depoimentos-chave: Orlando de Souza, motorista do ônibus apedrejado pelos grevistas; José Henrique Cafasso, também motorista, e Ovilso Santos, passageiro, todos funcionários da Usina Cresciumal, os quais disseram, na delegacia de Polícia, que os primeiros tiros partiram do Opala, depois identificado como estando à disposição do deputado Anísio Batista.

De sua simples leitura já aparecem grandes contradições: todos disseram que se jogaram no assoalho do ônibus, quando o mesmo foi apedrejado pelos trabalhadores do piquete, quebrando o vidro dianteiro e o do letreiro, atingindo o braço do motorista e a perna dos dois policiais. Curiosamente, consta, nos mesmos depoimentos, que os “tiros” disparados pelos ocupantes do Opala haviam quebrado os mesmos vidros, os únicos danificados segundo o boletim de danos da própria delegacia. Todos disseram que ainda estava escuro, mas os depoimentos descreviam, em detalhes, a cor do carro, da placa e até mesmo das maçanetas metálicas do mesmo.

Os depoimentos dos PM's envolvidos “confirmaram” tais versões. Evidentemente. No dia seguinte, sábado, entretanto, pelas 10 horas da manhã, o mesmo Orlando de Souza, em entrevista à RTC¹², desmentiu as declarações que fizeram consignar em seu depoimento policial. Em seguida, sumiu da cidade.

À noite, na minha presença, na do deputado Eduardo Suplicy e na de oito jornalistas, em sua residência, José Henrique Cafasso disse que não havia dito, na delegacia, que os tiros teriam partido do Opala nem que o carro havia fechado o ônibus.

Indagado se havia lido seu próprio depoimento, respondeu que não. Que somente o assinou. Disse que, na delegacia, “falava pouco, e eles escreviam muito”.

Acertamos para que ele fosse, no dia seguinte, conosco à delegacia para ouvir a leitura de seu próprio depoimento, e alterá-lo, caso o mesmo não estivesse de acordo com as suas declarações. No domingo, quando fomos buscá-lo, não havia ninguém em casa.

Na delegacia, soubemos pelo delegado João Batista Dias da Costa que, a conselho “da autoridade policial”, saíra da cidade.

Neste mesmo dia, à tarde, Ovilso Santos desmentiu, também, ao jornalista Tadeu Afonso, da *Folha de S. Paulo*, as suas declarações policiais incriminadoras do PT.

A farsa começava a ser derrotada e desmascarada.

As autoridades federais – Tuma, Brossard – e as estaduais – Muylaert e Montoro – passaram, então, a noticiar que estas testemunhas haviam sido, por nós, pressionadas a alterar os seus depoimentos.

O delegado José Tejera deu declarações à imprensa, afirmando que “se as testemunhas alterassem os seus depoimentos”, ele próprio as processaria por falso testemunho. Quem, efetivamente, coagia? Nem assim conseguiram salvar a farsa. As testemunhas, ouvidas novamente, em presença do representante da OAB¹³, desmentiram que os tiros saíram do Opala.

Além disso, outras testemunhas estão depondo e assegurando o que de ninguém é desconhecido: que foi a Polícia Militar quem atirou contra os trabalhadores.

Além disso, Brossard e Muylaert noticiaram que os médicos legistas não encontraram o projétil que vitimou Sibebe, mas somente a bala que matou Orlando Corrêa.

Entretanto, a cápsula referente a Sibebe estava intacta no cofre da Santa Casa de Misericórdia de Leme à disposição da polícia desde o dia dos fatos segundo o diretor-clínico Alberto Luiz Taranielli.

Levamos Suplicy e eu, então, a imprensa e fotografamos as cápsulas dentro da Santa Casa. Foram fotografadas as balas referentes a Sibebe, a Jorge Aparecido Kilian, a Valdecir Donizeti Rosa e a Antônio Quirino Lopes.

No dia seguinte, desconsertadas, as autoridades policiais e governamentais já se apressavam em dizer à imprensa que a bala de Sibebe fora encontrada e estava sendo periciada.

Agora, já há declarações do delegado de polícia, afirmando que a bala que atingiu Sibebe estava deformada, o que impossibilita saber qual o seu calibre ou de que arma teria partido. A conivência com a PM é total. Descarada. Mas esse fato vai ter desdobramento. É que o projétil que vitimou Sibebe estava íntegro, sem deformações, possibilitando afirmar que era de “calibre 38” e suas estrias permitiam saber de que arma teria sido disparado, quando foi fotografado no hospital.

Ademais muitas vítimas foram excluídas na polícia do Boletim de Ocorrência, sendo necessário que nós as levássemos, por nossa iniciativa, à delegacia para fazer registrar as ocorrências, e depois à Santa Casa, para o devido exame de corpo de delito.

Passamos, na prática, a obrigar a polícia a fazer o serviço que é de sua obrigação.

As autoridades, entretanto, para demonstrar o resultado da “incitação pe-tista” na cidade, registraram uma ocorrência segundo a qual 5 trabalhadores teriam invadido a casa de um PM em Leme, o ameaçado sob a mira de armas etc.

Ocorre que Reginaldo Quirino Lopes, um dos acusados, desmentiu as afirmativas do BO e relatou que foi a PM quem invadiu a sua casa, ameaçando seus familiares. Levaram-no preso, e depois queriam que ele assumisse, sob tortura, os fatos descritos no BO. Resistiu e não concordou. Foi solto. Mas o BO – falso e falsificado – ficou “devidamente registrado”.

Não se pode ocultar eternamente a verdade dos fatos. Ainda mais quando são mal-ajambrados e desconexos os alicerces da farsa.

Verificamos, com tristeza e revolta, que as autoridades federais e estaduais da Nova República estão usando os mesmos álibis tantas vezes utilizados durante o Regime Militar. Só que, agora, não mais Armando Falcão¹⁴, Erasmo Dias¹⁵ ou Fleury¹⁶. Simplesmente, Brossard, Muylaert e Tuma.

Até quando continuaremos assim?

Com farsas sobre farsas. Com mentiras. Com desculpas interesseiras e politiqueiras. Até quando a mímica da democracia? Até quando o PT e a CUT pagarão pelos fracassos da Nova República?

Até quando?

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 20, jul. 1986, p. 7. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Luís Eduardo Rodrigues Greenhalgh (1948-), advogado e político brasileiro. Vice-prefeito de São Paulo durante a gestão de Luíza Erundina entre 1989-1993 e também deputado federal entre 1990-1991; 1997-1999; 2001-2003; 2003-2007. (N.E.)
2. Eduardo Suplicy (1941-), economista e político brasileiro, presidente da Câmara Municipal de São Paulo entre 1989 e 1990, quando se elege senador pelo Partido dos Trabalhadores. (N.E.)
3. Jacó Bittar (1940-), político e sindicalista brasileiro. No contexto, 1º vice-presidente do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)
4. Djalma de Sousa Bom (1939-), político brasileiro, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1983-1987, no contexto, 3º vice-presidente do PT. (N.E.)
5. Paulo Otávio Azevedo Junior, no contexto, 2º secretário do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)
6. Hélio Bicudo (1922-), advogado, professor e político brasileiro. Concorreu ao governo do estado de São Paulo nas eleições de 1982 a vice-governador e Lula para governador. Também foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1991-1995 e 1995-1998. (N.E.)
7. Miguel Melchíades Sendin (1915-2009), tenente-coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (N.E.)
8. Romeu Tuma (1931-), delegado policial, foi nomeado durante a gestão do ex-presidente José Sarney (1985-1990) para Diretor Geral da Polícia Federal. (N.E.)
9. Eduardo Augusto Muylaert Antunes (1945-), advogado, foi secretário de Segurança Pública de São Paulo entre 1986-1987, durante a gestão do ex-governador Franco Montoro. (N.E.)
10. José Genoíno Neto (1946-), deputado federal pelo PT/SP em 5 mandatos consecutivos, de 1983 à 2003, reeleito também como deputado federal com dois mandatos entre 2007-2015. (N.E.)
11. Geraldo Siqueira (1951-). Deputado estadual pelo MDB em 1978. Em 1980, tornou-se um dos primeiros parlamentares do PT, partido pelo qual foi reeleito em 1982. (N.E.)
12. Rádio e Televisão Cultura (RTC), nome da atual TV Cultura mantida pela Fundação Padre Anchieta. Permaneceu com esta denominação entre 1980 -1987. (N.E.)
13. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 1930, voltada à defesa das prerrogativas dos advogados e ao aperfeiçoamento da ordem jurídica do país. (N.E.)
14. Armando Ribeiro Falcão (1919-). Advogado e político. Deputado federal pelo Ceará de 1951 a 1968 e ministro da Justiça entre 1959-1961 e 1974-1979. (N.E.)
15. Antônio Erasmo Dias (1924 -2010), militar e político brasileiro. Deputado federal entre 1979-1983 pelo Partido Democrático Social (PDS). (N.E.)
16. Luís Antônio Fleury Filho (1949-), oficial da Polícia Militar, em 1987 renuncia ao cargo de promotor de Justiça para assumir em 1986 a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. (N.E.)

n) O GOLPE PERFEITO – 1987

Flávio Aguiar¹

O último golpe da Nova República: o Golpe Militar

Chegamos ao mais-que-perfeito: para dar o golpe, as Forças Armadas não precisam mais derrubar o governo. Este mesmo pede, alicia, sustenta o golpe. A ocupação dos portos e das refinarias; a utilização da polícia militar estadual no caso de São Paulo; tanques nas ruas; a proibição da peça Teledeum² pela Censura Federal: tudo isso é um golpe. Nos tempos do Império, o imperador exercia o Poder Moderador, encarregado de reger a vida entre os demais poderes. Ao destituir o imperador, em 1889, as Forças Armadas impuseram-se como Forças Tutelares da então Nova República. Isso faz parte da sua cultura de Forças Armadas, cultura cujos chefes tentam impor à cultura da nação como um todo. Querem fazer com que intervenções como às que assistimos não sejam corpos estranhos à vida política corrente, institucionalizar os golpes, gravar um ato institucional número 5 não escrito no cerebelo de todos nós.

A presença das Forças Armadas como Forças Tutelares ou Poder Moderador coloca imediatamente todo o conjunto da nação à margem da lei. No curto prazo, ela visa à desmoralização dos movimentos de trabalhadores e coloca a Constituinte sob virtual cerco militar. Contra a discussão dos direitos, a Tutela impõe uma política de fatos, de certos fatos: a política mostrar-se capaz de gerar fatos que cubram a cultura da nação. As balas e metralhadoras não se limitam a desfilar obscenamente nas ruas, nos portos e nas refinarias. Elas passaram a desfilar nos meios de comunicação de massa, nas nossas conversas, nos nossos escritos. Assim se avança uma cultura do golpe: ocupando espaços, fazendo as falas ocuparem-se dele, e não da construção das alternativas políticas à Tutela Permanente.

O Brasil vive uma situação política rica, onde os movimentos de trabalhadores podem avançar muito. A imprensa liberal formula um debate velado sobre quem, afinal, quebrou o país: se foi Funaro³ e sua direita modernizante, se foi Delfim⁴ e seus milagres. Graças às contradições de manter uma legislação ditatorial e uma fachada democrática, o governo enredou-se numa política de “ousadias tímidas” no plano social e econômico. Combinou essa política com uma tentativa de colocar-se, em bloco, no papel daquele Poder Moderador-Tutelar, hoje desempenhado pelas Forças Armadas. O Plano Cruzado I⁵ foi uma ousadia tímida. Formulou, ainda que no horizonte distante, a primeira tentativa oficial em 20 anos de resolver a acumulação de capital sem a necessidade de recorrer ao arrocho brutal de sempre nos salários. Pronto: para o nosso empresariado, que ainda se vê privilegiado, elite a fazer favores para a nação e está acostumado a trabalhar com expectativas escorchantes de lucro líquido de 30 a 35% (dado esse obtido em pesquisa de botequim com empresários amigos), isso foi uma heresia imperdoável. Não houve confronto, o governo recuou vergonhosamente. Agora ele tenta sair pela ousadia não tão tímida da moratória. Ela assinala uma necessidade real: o país não pode pagar essa dívida absurda. Mas a dívida é um dado estrutural da Constituição do Estado brasileiro (pois, para este ser “soberano”, precisou assumir as dívidas da Coroa portuguesa para com a Inglaterra

ra, e assim *ad nauseam*). A dívida organiza a consciência das elites financeiras, pois é graças a essa negociata da “dívida” que se mantém a modernização do país como o privilégio de se conviver e administrar técnicas e artefatos de “origem cosmopolita”. Diante desse quadro confuso de enredamentos e contradições, os movimentos de trabalhadores podem fazer avançar decisivamente sua presença política: pedir o não pagamento dessa dívida até a sua auditoria (o país não só não pode, o país não deve pagar essa dívida-assalto); propor uma política de alianças na Constituinte e fora dela, com forças que não querem se deixar cooptar nem pela tutela das Forças Armadas nem pelo esforço tutelar da Aliança Democrática, cuja expressão maior é o arquimperador Ulysses Guimarães.⁶

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 26, abr. 1987, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Flávio Wolf de Aguiar, (1947-), professor, escritor e jornalista. No período, professor de literatura na Universidade de São Paulo.

2. Peça escrita por Albert Boadella e dirigida por Cacá Rosset, foi apresentada pela companhia Teatro do Ornitórrinco na cidade de São Paulo em 1987. Foi interdita pelo Serviço de Censura da Polícia Federal por fazer críticas ao fanatismo religioso. (N.E.)

3. Dilson Domingos Funaro (1933-1989) exerceu o cargo de presidente do BNDES e de ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney (1985-1987). Foi um dos responsáveis pela criação do Plano Cruzado, também conhecido como “Plano Funaro”. (N.E.)

4. Antônio Delfim Neto (1928-). Economista. Durante a Ditadura Militar, foi ministro da Fazenda, de 1967 a 1974, embaixador do Brasil na França, de 1975 a 1978, ministro da Agricultura em 1979 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1979 a 1985. Foi deputado federal por São Paulo de 1987 a 2006. (N.E.)

5. Plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas instituído pelo Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. As principais medidas contidas no Plano eram: congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27/2/1986; congelamento do câmbio por um ano; criação de nova moeda, o cruzado (Cz\$), cujo valor correspondia a mil unidades de cruzeiro; congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário mínimo em Cz\$ 804,00; criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; os reajustes salariais passaram a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%. Com o fracasso do Cruzado I, o Governo Sarney lançou em 21/11/1986 o Plano Cruzado II. (N.E.)

6. Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992), político e advogado. Exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados em duas ocasiões (1956-1958 e 1985-1989). Também foi candidato ao cargo da presidência da República na eleição de 1989. (N.E.)

o) O MASSACRE DOS GARIMPEIROS – 1987

A matança ocorrida em Serra Pelada, em dezembro de 1987, não tem precedentes na história recente do país.¹ Seja como for contado o episódio, um fato é inegável: os garimpeiros que tomaram a ponte sobre o rio Tocantins não possuíam armas, faziam uma manifestação pacífica em defesa de seus interesses.

Se, tal como afirmaram, o objetivo das autoridades era desobstruir a ponte, porque a polícia cercou-a pelos dois lados e entrou atirando bombas de gás lacrimogêneo e metralhando tudo à sua frente? Se houvesse nisso alguma lógica, seu objetivo real seria matar os manifestantes ou esperar que se jogassem da ponte, num salto mortal de 70 metros de altura. Foi o que ocorreu; diversos tombaram baleados, outros em desespero atiraram-se ao rio. Até agora continuam desaparecidas 93 pessoas.

As autoridades locais negam-se a admitir mais do que três mortes e recusam-se a abrir inquérito policial para investigação do ocorrido, o que configura, mais uma vez, seu abuso de poder.

Relatando à CEN [Comissão Executiva Nacional] sua ida a Marabá, junto a uma Comissão suprapartidária, o presidente nacional do PT, Olívio Dutra², afirmou ter encontrado um clima de terror em que ninguém quer falar. Levantou a hipótese de o conflito ter surgido a partir de uma disputa entre os governos estadual e federal, que querem manter o controle político da área através de suas polícias. Olívio também falou sobre a falta de unidade do movimento, a pouca representatividade do Sindicato e sobre o centro de corrupção que representa a cooperativa dos garimpeiros. Observa-se – diz Olívio – uma certa veneração pela Polícia Federal, que fiscaliza a área e negocia com o governo federal o pagamento dos garimpeiros.

O governo da Nova República faz tudo para minimizar o fato. Ninguém se importa com essas mortes, assim como não se importam com as vidas dos que se arriscam diariamente. A principal reivindicação desses trabalhadores – o rebaixamento das bordas da cava do garimpo para evitar deslizamentos – até agora não foi atendida.

O governo do Pará deve ser publicamente responsabilizado, afirma Olívio Dutra. “Não podemos aceitar a recusa de abertura de inquérito. As autoridades têm de prestar contas de seus atos criminosos.”

Em razão da extrema gravidade dos fatos e da iminente impunidade dos responsáveis, o PT convoca todos os companheiros com mandatos legislativos, as Secretarias Agrárias, os sindicatos e entidades comprometidas com a luta da classe trabalhadora a enviar telegramas ao governador Hélio Gueiros³ (Palácio Lauro Sodré, Belém/PA), pedindo sua renúncia em nome da justiça e da democracia; ao deputado Ulysses Guimarães (Câmara dos Deputados, Brasília/DF), instando a Câmara a autorizar a abertura da CPI em nível federal para investigação do ocorrido; enviar telegramas a todos os parlamentares federais, pressionando-os no sentido da abertura da CPI; enviar telegramas aos componentes da Assembleia Legislativa do Pará, pressionando-os a abrirem uma CPI em nível estadual.

O PT também solicita aos que têm contato com entidades internacionais que sugiram manifestações de apoio do exterior aos garimpeiros e de repúdio por essa grave violação dos direitos humanos em nosso país.

As cartas devem ser enviadas às seguintes autoridades brasileiras: presidente da República, José Sarney – Palácio do Planalto – Brasília/DF; ministro do Interior, João Alves⁴ - Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 7.º andar; ministro da Justiça, Paulo Brossard⁵ - Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede do Ministério da Justiça.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 33, dez. 1987-jan.88, p. 4. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Em 29 de dezembro de 1987, ocorreu o episódio conhecido como Massacre de São Bonifácio, quando policiais militares cercaram a ponte ferroviária da cidade de Marabá/PA bloqueada por quatro mil garimpeiros que protestavam contra as péssimas condições de trabalho no garimpo de Serra Pelada. (N.E.)
2. Olívio de Oliveira Dutra (1941-), sindicalista e político brasileiro, eleito presidente do Partido dos Trabalhadores em 1987. Em 1989, foi eleito prefeito de Porto Alegre e, em 1999, governador do Rio Grande do Sul. (N.E.)
3. Hélio da Mota Teixeira Gueiros (1925-2011), jornalista, advogado e político brasileiro, governador do Pará pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre 1987-1991. (N.E.)
4. João Alves Filho (1941-), engenheiro civil e político brasileiro, governador de Sergipe entre 1983-1987, nomeado ministro do interior entre 1987-1990. (N.E.)
5. Paulo Brossard de Sousa Pinto (1924- 2015), advogado e político brasileiro, Ministro da Justiça entre 1986-1989. Também foi deputado estadual (1955-1967), deputado federal (1967-1971) e senador (1975-1983) pelo Rio Grande do Sul. Em 1989 foi nomeado pelo ex-presidente José Sarney para ministro do Supremo Tribunal Federal. (N.E.)

p) MANDANTES AINDA À SOLTA – 1988

Luis Eduardo Greenhalgh

O pistoleiro já “abriu o bico”. A imprensa os têm entrevistado. Toda a Polícia sabe onde eles se encontram. Que mistério faz com que continuem “foragidos”?

No último dia 19 de abril, na cidade de Imperatriz, Maranhão, realizou-se o julgamento do pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, que, por 56 mil cruzados, assassinou, em 10 de maio de 1986, por volta das 12:30h, o Pe. Josimo Moraes Tavares, pelas costas, quando este subia a escadaria que leva ao escritório da Comissão Pastoral da Terra.

Ao final de quase 20 horas de sessão, o Tribunal do Júri pronunciou seu veredicto: o réu era culpado e deveria ser condenado. Por unanimidade, os jurados decidiram ser ele o autor dos disparos, ter sido o crime cometido por motivo torpe e mediante paga ou recompensa e, finalmente, ter sido feito à traição, fator que impossibilitou qualquer esboço de defesa da vítima.

Ao juiz presidente do Tribunal do Júri, Dr. Raymundo Liciano de Carvalho, coube calcular o total da pena: 18 anos e meio de reclusão em regime fechado.

Estava aí mais que uma vitória judicial, uma vitória política dos defensores da Reforma Agrária contra os latifundiários, o governo e a UDR. Mas essa vitória somente será completa quando os mandantes também se sentarem no banco dos réus. Quando forem julgados e condenados. Os mandantes estão foragidos, embora toda a Justiça e a Polícia saibam onde eles se encontram. A imprensa os tem, até, entrevistado. São eles: o vereador pelo PMDB na cidade de Augustinópolis, Osmar Teodoro da Silva, vulgo “Nenê”, e seu irmão, João Teodoro da Silva; o fazendeiro Geraldo Paulo Vieira, vulgo “Nô”, e seu filho Adailson; Wilson Nunes Cardoso e um indivíduo conhecido apenas por Deca. Osmar Teodoro da Silva e Wilson Nunes Cardoso já têm suas prisões preventivas decretadas.

Mas o caso do Pe. Josimo ainda se encontra envolvido em algum mistério. O pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa somente foi preso porque se comunicou com um oficial de Justiça do Fórum de Imperatriz, onde se realizou o Júri, a fim de saber como estavam andando as investigações policiais sobre o assassinato do padre. Ocorre que o telefone estava sob censura e isso permitiu localizar de onde o pistoleiro havia efetuado a chamada. Por isso foi preso. Mas o oficial de Justiça sumiu. E nunca foi interrogado sobre os fatos.

Por outro lado, o pistoleiro “pôs a boca no mundo”, confessando a autoria do delito porque os mandantes não pagaram o preço ajustado. Ele alega que somente recebeu do total a importância de Cz\$ 6.300,00. Isso desmoraliza os mandantes perante o sindicato do crime. Contrataram e não pagaram o preço ajustado. E desobriga o pistoleiro de manter segredo sobre a identificação dos mandantes.

A família do pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa fazia questão, durante o Júri, de alardear que os advogados de defesa do assassino estavam sendo custeados pela família, e não pela UDR. Isso desmoraliza a UDR, que abandona ao léu uma pessoa que fez serviço para associados seus.

Por fim, a conclusão a que se chegava, como voz corrente ao final do Júri que condenou o pistoleiro, era de que com essa condenação se iria inflacionar o mercado

da pistolagem, triplicando os valores das próximas empreitadas para exterminar inimigos do latifúndio, e mais, que os pistoleiros iriam passar a exigir garantia escrita antes da execução (notas promissórias, cheques pré-datados, escrituras de compra e venda de terras, doações de bens e imóveis), tudo com a finalidade de, executado o serviço, o contratado ter a garantia do ressarcimento pelo contratante.

Como se vê, o julgamento do assassino do Pe. Josimo produziu profundos reflexos no sindicato do crime (pistoleiros) e no sindicato dos mandantes (UDR e latifúndio). O julgamento dos mandantes vai aprofundar ainda mais o racha existente. Conclusão: pela primeira vez existem circunstâncias que indicam a quebra da unidade das forças do latifúndio no tocante à política de extermínio de padres e posseiros.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº35, maio 1988, p. 6. Acervo CSBH-FPA.

q) EM SERGIPE, UDR CONTA COM PM E JUSTIÇA – 1988

Rosemiro Magno da Silva¹

*Pistoleiros e grileiros se juntam para assassinar e intimidar os sem-terra.
Há 16 áreas de conflito no estado, contidos pela pressão dos latifundiários,
políticos locais e juizes.*

Aumenta a cada ano o número de vítimas dos latifundiários e seus capangas na luta desigual e violenta entre o campesinato pobre e a burguesia agrária. O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) já identificou mais de dois mil pontos de conflitos de terra espalhados em diferentes partes do território nacional. De 1964 a 1986, foram assassinados no campo 1.367 trabalhadores rurais.

A UDR (União Democrática Ruralista), responsável por muitos desses crimes, tem demonstrado grande competência e eficiência na aquisição de seu arsenal bélico de alta tecnologia (helicópteros, armas de longo alcance etc.) e no recrutamento de seu corpo miliciano, formado por ex-policiais militares. Segundo a CPT [Comissão Pastoral da Terra] de Mato Grosso, 1.600 soldados da PM abandonaram a farda nos últimos oito meses para oferecer seus serviços como pistoleiros. O próprio comandante da PM de Goiás confirma o fato e acrescenta que oficiais de justiça estão se propondo a isso também.

Sergipe, como qualquer outro Estado brasileiro, encontra-se inserido nesse processo. Lá existem 16 focos abertos de luta pela terra sem contar as áreas onde os conflitos estão latentes, contidos pela pressão da oligarquia, de políticos locais e até mesmo de juizes. E a oligarquia está trazendo a UDR para Sergipe com a finalidade de aumentar o terror no campo. O *Jornal dos Sem Terra* de agosto de 1987 denunciava o nome de três parlamentares sergipanos filiados à UDR: senador Albano do Prado Franco² e os deputados José Queiroz da Costa³ e Cleonânicio da Fonseca⁴, possivelmente articuladores da UDR nacional com a oligarquia sergipana.

A estrutura fundiária de Sergipe é altamente concentrada, 21,6% dos proprietários de terra possuem mais de um imóvel rural. Há cerca de 20 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra. E para agravar o quadro, quase 80% da área cadastrada encontra-se ocupada com pecuária, restando apenas 10% para as culturas permanentes e temporárias.

A oligarquia conta com o apoio da Justiça Estadual, cujos magistrados, via de regra, são latifundiários – uma ação de reintegração de posse, por exemplo, é feita em tempo recorde, enquanto que qualquer ação trabalhista de usucapião ou litígio de pequeno proprietário contra grileiros se arrasta por longo tempo na Justiça. Conta também com o aparato da polícia que invariavelmente age com violência. E se o aparato jurídico e o policial, por alguma razão, não entram de imediato em ação, os latifundiários apelam para as milícias particulares e pistoleiros de aluguel cuja violência das ações é igual ou pior que aquelas feitas pela polícia.

É nesse contexto econômico e social que a oligarquia exerce seu poder. O latifúndio improdutivo é muito mais instrumento de poder do que de atividade

econômica. É nele e em torno dele que a oligarquia mantém seus currais eleitorais, exerce o clientelismo paternalista-autoritário e se realiza como classe dominante.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº35, maio 1988, p. 6-7. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, membro da Secretaria Agrária do PT/SE. (N.E.)
2. Albano do Prado Pimentel Franco (1940-), advogado e político brasileiro. Eleito senador pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1983, também foi deputado estadual de Sergipe entre 1967-1971 e deputado federal entre 2007-2011. (N.E.)
3. José Queiroz da Costa (1936-), deputado federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL) entre 1987-1991. (N.E.)
4. José Cleonânio da Fonseca (1936-), deputado federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL) entre 1987-1991. (N.E.)

r) TENSÃO AUMENTA A CADA ANO – 1988

A violência no campo: nunca houve tantos assassinatos como em 1987; Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostra a evolução dos conflitos rurais no Brasil desde 1985. Só no ano passado, 153 trabalhadores foram assassinados e mais de um milhão de pessoas estiveram envolvidas em algum tipo de atrito. E o governo só faz piorar a situação.

A violência no campo deixou um saldo de 153 assassinatos no ano passado, um recorde na história dos conflitos rurais no Brasil. Segundo o Relatório Anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), só em 1987 cerca de um milhão de trabalhadores estiveram envolvidos em algum tipo de conflito no campo, abrangendo uma área de 17 milhões de hectares. Este quadro só tende a se agravar com a aprovação, no Congresso Constituinte, de um texto que sequer vincula a propriedade da terra à sua função social e que é bem pior que o Estatuto da Terra, elaborado nos tempos da ditadura.

O relatório mostra também que a tensão aumenta a cada ano. Em 1985, 566 mil pessoas tiveram atritos na zona rural, que se estenderam por 9,5 milhões de hectares; estes números subiram, respectivamente, para 810 mil e 12,6 milhões de hectares em 1986. De lá para cá, 432 trabalhadores foram assassinados.

A CPT classifica os conflitos de acordo com a natureza do trabalho. Os mais graves continuam sendo os chamados conflitos de terra, que dizem respeito à questão da posse: são pequenos agricultores, lavradores sem-terra, posseiros e índios, de um lado, e o latifúndio ou o Estado, do outro. Eram 405 mil os envolvidos em 1985, número que aumentou para 630 mil no ano passado. É nesta classe de conflitos que, além dos assassinatos, são frequentes torturas (88 casos no ano passado), ameaças de morte (142 casos) e tentativas de assassinato (36). Por estado, o mais violento é o Pará, seguido por Rondônia, Roraima, Maranhão e Bahia. Segundo a CPT, a taxa anual de crescimento das áreas em litígio é de 30%.

Em segundo lugar vêm os conflitos trabalhistas – entre assalariados e patrões –, que em dois anos quase dobraram: eram 76 conflitos em 1985, com 160 mil pessoas envolvidas e 14 assassinatos; no ano passado, foram registrados 107 conflitos, 320 mil trabalhadores em choque e 23 assassinatos. O número de acidentes de trabalho também continua elevado: 64 mortos só em 1987, vitimado principalmente boias-frias.

Uma outra classe de conflitos é a que ocorre no garimpo, que também são mais e mais graves. Em 1985, eram apenas quatro conflitos, com três assassinatos; em 1986 passaram para sete conflitos e 15 assassinatos; no ano passado foram 11 conflitos e 16 assassinatos comprovados. A CPT observa que – por falta de dados oficiais – não foram computados, no balanço de 1987, as dezenas de mortos no massacre da ponte do Tocantins, em Marabá, no dia 29 de dezembro passado, quando os garimpeiros de Serra Pelada foram chacinados pela Polícia Militar do Pará, com a cumplicidade do governador daquele estado, Hélio Gueiros.

O fracasso do Mirad

Os dados do próprio governo mostram a irresponsabilidade com que a Nova República vem tratando do problema. O Plano Nacional de Reforma Agrária

(PNRA)¹ fixou para o período 1985-1988 a meta de desapropriar 27,72 milhões de hectares para assentar 900 mil famílias. Até agora, foram desapropriados exatamente 2,276 milhões de hectares, assentando 64,5 mil famílias. Isto é, menos de 10% das metas fixadas. Por outro lado, mais de 100 mil pequenas propriedades, só na região sul, foram arrancadas de seus donos por meio de leilões.

Não é à toa que são crescentes os rumores de extinção do Ministério da Reforma Agrária (Mirad), apesar dos desmentidos do atual ministro, e ex-governador do Pará, Jäder Barbalho². Com quatro anos de existência, em sucessivas crises (é o quarto ministro que ocupa o cargo neste período), o Mirad expressa hoje a aliança do governo Sarney com o latifúndio. Um exemplo disso é o decreto-lei 2.363³, de outubro passado, que prevê desapropriações por meio de “acordos amigáveis” com os proprietários. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, um hectare de terra custava, em dezembro passado, Cz\$ 63.910 no Paraná, mas o Mirad pagou Cz\$ 217.870 o hectare da Fazenda Santo Rei, em Nova Cantu, município daquele estado. Em Rondônia, onde o hectare é avaliado em Cz\$ 20 mil, o Mirad pagou Cz\$ 58.654 cada hectare do imóvel Calama, no município de Ji-Paraná.

432 assassinatos em dois anos

Tipo de conflito	Número de conflitos			Pessoas envolvidas			Assassinados		
	85	86	87	85	86	87	85	86	87
Terra	636	634	538	405.456	594.448	629.936	125	105	109
Trabl.	76	95	107	159.185	203.521	317.335	14	17	23
Sind.	13	08	09						
Garimpo	04	07	11	-	12.604	9.599	3	15	16
Seca 09	-	50	1.400	-	49.720	-			
Outros*								4	1
TOTAIS	738	744	715	566.041	810.573	1.006.590	142	137	153

Aqui coloca-se o caso do protesto contra a política agrícola que causou 4 mortes no Rio Grande do Sul

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 35, mai. 1988, p. 6-7. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária foi criado em 1985 através do decreto nº 91.766, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Sua atuação se deu através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com vigência entre 1985-1989, pretendia abranger 1 milhão e 400 mil famílias em 43 milhões de hectares. De acordo com o Incra, até 1989, desta meta, apenas 82.869 famílias foram assentadas. (N.E.)

2. Jäder Fontenelle Barbalho (1944 -), advogado e político brasileiro, deputado federal pelo estado do Pará entre 1975-1979 através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reeleito em 1979, permanecendo até 1983. Foi governador do Pará eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na gestão 1983-1987. (N.E.)

3. Decreto lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, extinguiu o Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (Incra) e criou o Instituto Jurídico de Terras Rurais (Inter), autarquia federal ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Mirad), cuja atribuição era promover a desapropriação de terras em áreas rurais. (N.E.)

s) PM REPRIME SEM-TERRA NO SUL – 1989

Numa ação extremamente violenta, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul despejou 400 famílias acampadas na fazenda Santa Elmira, no interior do estado.

Foram 30 minutos de conflito, iniciado no final da tarde de 11 de março passado, quando dois aviões emprestados de fazendeiros da região de Salto do Jacuí (RS) sobrevoaram o acampamento dos sem-terra, na fazenda Santa Elmira, para jogar bombas de gás lacrimogêneo. Em seguida, cerca de mil policiais entraram disparando, inclusive com metralhadoras, com ordens para atingir as pernas dos colonos.

O saldo da violência policial: 20 pessoas gravemente feridas, 400 colonos com lesões provocadas por espancamentos e golpes de baioneta e três desaparecidos. A polícia prendeu 22 colonos, entre eles os líderes dos sem-terra Antoninho Matte, Geraldo Lorenzi, Nelson Oliveira e Adelar Pretto (filho do deputado estadual petista Adão Pretto) e os padres Paulo Ricardo Ceriolo e Antônio Gorgen.

A fazenda Santa Elmira fica a cerca de 300 quilômetros de Porto Alegre e ocupa uma área de 1,8 mil hectares. É considerada produtiva, inclusive pelos sem-terra. O problema é que as 400 famílias que estavam acampadas ali não tiveram outra opção: elas já tinham sido desalojadas de três outros lugares anteriormente. A começar da fazenda Buriti (83 quilômetros do município de Santo Ângelo), um latifúndio improdutivo, onde pretendiam se assentar. Ali foram impedidos de ficar – seguiram para a Cooperativa Cerana (município de Tupanciretã), depois para Rincão do Ivaí (município de Jacuí) e novo desalojamento.

Restou a fazenda Santa Elmira, de onde pretendiam pressionar o governo estadual a ceder uma área improdutivo. Mas o juiz da região, Hércio Costa de Souza, rapidamente concedeu o pedido de reintegração de posse aos donos da fazenda e convocou a polícia para executar o despejo.

Comando da UDR

Dez dias antes, ainda no Rincão do Ivaí, os sem-terra haviam denunciado que a UDR havia lançado de avião agrotóxicos sobre o acampamento. Isso provocou a morte de oito crianças e a hospitalização de vários adultos.

Para “ajudar” a polícia no despejo da fazenda Santa Elmira, cerca de 200 integrantes da UDR deslocaram-se para a região. Muitos se uniram aos brigadistas militares na ação. Depois do conflito, várias camionetes de fazendeiros foram vistas fazendo o recolhimento de feridos. Mais tarde, a UDR foi comemorar o êxito da operação no município de Cruz Alta, organizando uma caravana de automóveis e soltando foguetes.

Segundo o deputado Adão Pretto¹, os líderes dos sem-terra presos foram submetidos a torturas brutais: chegaram a ser colocados sobre formigueiros e queimados com pontas de cigarro; mulheres foram ameaçadas de estupro na frente de seus maridos e filhos.

Ele e os dirigentes do MST (Movimento dos Sem Terra) haviam, dias antes do despejo, tentado evitar o desenlace violento da ocupação. Procuraram dialogar com o governador gaúcho Pedro Simon², que “simplesmente lavou as mãos”, diz

Adão Pretto. “O juiz que deu a reintegração de posse chegou a receber um telefonema do Ministério da Agricultura, que pediu um tempo para resolver o assunto. Ele respondeu que poderia fazer isso, desde que o governador Simon² assumisse a responsabilidade. Mas o governador nem quis saber”, informa o deputado petista.

Neste momento, o Movimento dos Sem Terra de todo o país está se mobilizando a fim de pressionar pela libertação dos presos no Rio Grande do Sul.

A terra no RS

Segundo dados da assessoria do deputado Adão Pretto, o Rio Grande do Sul tem 25 milhões de hectares de terra. Só que metade desse total está nas mãos de sete mil a oito mil latifundiários, boa parte não aproveitada e outra dedicada à agricultura de exportação.

A população rural sem-terra tem crescido assustadoramente nos últimos anos em função da crise econômica: o setor industrial já não consegue mais absorver toda mão de obra oriunda do campo e a agricultura, altamente mecanizada, volta-se crescentemente para a exportação.

Mas a base de sustentação política da UDR no Rio Grande não é composta apenas de latifundiários. Afinal, são cerca de 50 mil filiados à entidade no estado, muitos deles são pequenos e médios proprietários de terra. E estão muito bem organizados política e militarmente (são frequentes as denúncias de aquisição de inúmeros armamentos, inclusive pesados, por membros da entidade).

Segundo o secretário agrário nacional do PT, Hamilton Pereira³, parte dos pequenos e médios proprietários de terra tendem a ser receptivos à mensagem ideológica da UDR – defesa da “livre iniciativa”, contra a reforma agrária. “Principalmente por desinformação, ignorância mesmo, eles ficam atemorizados quando os dirigentes da UDR espalham que suas modestas propriedades seriam tomadas por um governo petista; eles não sabem que nós não queremos expropriar terras produtivas de fato, como em geral são as pequenas e médias. Pelo contrário, queremos incentivá-las, penalizando o latifúndio improdutivo”, afirma.

Caiado

Analisando a candidatura de Ronaldo Caiado à presidência da República, Hamilton diz que “ela se nutre justamente desta ignorância”. Por outro lado, Hamilton acha que o discurso marcadamente antipolítico com o qual Caiado construiu sua imagem pode agora dificultar o avanço de sua candidatura à presidência.⁴ O dirigente petista lembra que quando Caiado assumiu sua condição de candidato, metade da direção nacional da UDR pediu demissão. “É que antes ele fazia discurso contra os políticos e a política, agora aspira a ser um deles. O problema é que boa parte da UDR simplesmente tem uma visão brutalizada do poder, não tolera a luta política aberta, é contra a ideia de democracia e acha que Caiado não deve se envolver nisso”, analisa.

“Caiado também parece não ter ideia” – continua Hamilton – “de quanto a direita brasileira é complicada. Tem setores ruralistas que não admitem sua candidatura por considerá-lo personalista demais. Outros acham que Caiado estaria acometido por

uma espécie de “doença infantil da direita” – o imediatismo aventureiro –, passando por cima do ritmo natural de suas bases”.

UDR sequestra e assassina

Devido à ação organizada e incisiva do Movimento dos Sem Terra (MST) no norte do Espírito Santo, a reação da UDR tem sido marcada por atos de terror sistemáticos.

Os pistoleiros da UDR ficam constantemente rondando os acampamentos, dando tiros para intimidar e simplesmente matando quem se atreve a sair sozinho do acampamento. Invadem os assentamentos durante a madrugada, chutam as portas dos barracos e disparam tiros à vontade.

Os acampamentos não têm a mínima estrutura de defesa. Não possuem armas de fogo nem de qualquer outro tipo. São obrigados a se revezarem em vigília durante a noite para tentar evitar estes tipos de ataque. Vale lembrar que nestes locais há crianças, mulheres gestantes e velhos.

Crimes

A seguir, os crimes mais recentes dos pistoleiros contratados por latifundiários:

■ Amilton Santos Moura, casado, três filhos, 44 anos, residente no acampamento de Acesita, em Pedro Canário, foi assassinado com um tiro de revólver 38 no dia 13 de dezembro passado, quando saía do acampamento para visitar familiares no município de Barra de São Francisco. Seu corpo foi encontrado três dias depois, na estrada que liga o acampamento Acesita a Saionará, na BR-101.

■ Josias Coutinho, casado, 53 anos, residente no acampamento Pedro Canário, foi assassinado no dia 20 de janeiro passado na porta de sua casa, no acampamento, com um tiro de espingarda chumbeira, calibre 36. Foi chamado para atender à porta e, quando saiu, recebeu o tiro mortal.

■ Germiniano Fernandes de Souza, 53 anos, casado, pai de cinco filhos menores de dez anos, residente no acampamento de Acesita. Foi encontrado morto com duas pauladas nas costas, na estrada que liga Nova Lima a Saionará. A polícia que fez a perícia deu laudo de atropelamento, mas os sinais eram evidentes a qualquer um.

■ Rosângela Pereira, 24 anos, solteira, membro do MST, foi sequestrada no dia 4 de fevereiro passado à noite, na BR-101, logo após ter saltado do ônibus, nas proximidades de São Mateus. Dois sujeitos num pampa vermelho a seguraram, taparam sua boca e olhos e a levaram para um matagal onde foi interrogada sobre a organização do MST. Como Rosângela se recusou a responder, os dois sujeitos a torturaram, dizendo que era para ela “deixar de se meter à besta com esse negócio de tirar terra dos outros”. A companheira só foi acordar na madrugada do dia seguinte, muito ferida, e seguiu até São Mateus, onde foi medicada.

Todos esses crimes foram denunciados em fóruns e delegacias das cidades de Pedro Canário, Conceição da Barra e São Mateus. Só que os processos simples-

mente foram engavetados e os criminosos permanecem impunes. Os delegados e juizes são todos ligados aos latifundiários da região norte do estado.

Espionagem

Há muita perseguição na região. Espionagem e infiltrações também, tanto que meses atrás pegaram a bolsa de uma liderança do MST, em local onde não havia risco de roubo. A bolsa foi encontrada dias depois, na Polícia Civil. Na bolsa havia documentos e vários papéis do MST.

Em Linhares, dois latifundiários, Pedro Ceolim e Luiz Durão, mapearam várias áreas de acampamentos para serem atacadas por pistoleiros. Mas a impunidade continua.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 43, mar/abr. 1989, p. 6-7. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Adão Pretto (1945-2009), político brasileiro, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores em 1986 e também deputado federal entre 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007 e 2007-2011. (N.E.)
2. Pedro Jorge Simon (1930-), advogado e político brasileiro. Senador pelo Rio Grande do Sul entre 1979-1985, ministro da Agricultura entre 1985-1986 durante o governo do ex-presidente José Sarney e também governador do Rio Grande do Sul entre 1987-1990, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). (N.E.)
3. Hamilton Pereira da Silva (1948-). Escritor, poeta, ex-presos político da ditadura militar. Participou da fundação do PT, da CUT e do MST. No contexto, secretário Agrário Nacional do Partido dos Trabalhadores, eleito no 5º Encontro Nacional do Partido realizado em Brasília nos dias 4 e 6 de dezembro de 1987. (N.E.)
4. Ronaldo Ramos Caiado (1949-), produtor rural, médico e político brasileiro. Foi um dos criadores da União Democrática Ruralista, presidindo-a entre 1986-1989. Candidatou-se à presidência em 1989 pelo Partido Social Democrático (PSD), no qual Fernando Collor saiu vitorioso. (N.E.)

t) OS PROVOCADORES DE SEMPRE – 1989

Agentes policiais infiltrados no movimento popular vendem calúnias aos jornais que tentam jogar a sociedade contra a CUT e o PT.

“Manual de Adestramento de Militantes e Dirigentes Sindicais”: uma perigosa orquestração contra a CUT e o Partido dos Trabalhadores. Esta é a avaliação que a CUT está fazendo deste pseudodocumento que os jornais afirmam ter sido formulado e distribuído pela entidade sindical.

Primeiro surgiu a notícia de que o Exército se infiltrara em organizações sindicais e teria apreendido o tal documento junto com um vídeo da campanha do Lula. Depois começaram a aparecer diversas versões do “Manual”, em vários lugares do país, demonstrando claramente que há intenção de jogar a sociedade contra a CUT e o PT, num ano eleitoral. E justamente quando mais de dois milhões de trabalhadores se mobilizam para exigir a reposição salarial negada pelo “Plano Verão”.

Como o DOI-Codi

Curiosamente, em várias cidades (como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro), agentes policiais identificados ou não estão agindo de forma provocativa. Segundo documento da Executiva Nacional da CUT, esta é uma forma de constranger a livre manifestação dos brasileiros durante a campanha para as eleições presidenciais. Para a CUT, esta forma de ação não está muito longe das operações do DOI-Codi¹, na década de 1970, nem do episódio do Rio-Centro.

Segundo o jornalista Flávio Pachalski, assessor da CUT, mesmo numa avaliação superficial é possível perceber que o “Manual” não foi elaborado pela entidade: “É uma falsificação de má qualidade. Só no cabeçalho de uma página do “Manual” aparece o termo CUT, e no próprio texto está dito que se trata da transcrição de um outro texto. Ou seja: o tal documento não foi apreendido, mas copiado, e não pode ser prova contra a entidade acusada”. Outros termos do “Manual”, como ditadura, provam que se trata de documento, no mínimo, anterior a 1984.

No documento falsificado, chegaram a inserir frases do Congresso da CUT junto com outras que falam da conquista do poder. Para Flávio Pachalski isso é ridículo: “Estão querendo justificar perante a sociedade o porquê restringir o direito de greve. Nesse sentido, o governo federal tem interesse em que não saiam acordos e que o número de greves aumente. No fundo, o objetivo é um só: favorecer uma candidatura de centro-direita”.

Além de procurar manter a população bem informada, a CUT vai exigir das autoridades investigação e esclarecimento dos fatos. Para isso, solicitou ao Ministério do Exército a divulgação do suposto relatório que acusa a CUT de elaborar o “Manual”. Esse requerimento foi protocolado no Ministério do Exército em 19 de abril, mas até agora não teve resposta.

Inquérito policial

A CUT também levou um dossiê ao ministro da Justiça, Oscar Dias Cor-

rêa², no dia 28 de abril, mostrando todas as versões apreendidas até agora do tal “Manual”. A entidade solicitou ao ministro a abertura de inquérito policial com a apuração dos responsáveis por esta difamação. A CUT quer saber por que os agentes do Exército, em vez de fazerem uma acusação formal, preferiram divulgar a suposta apreensão anonimamente pela imprensa. Dias Corrêa simplesmente recebeu o documento. Nada mais.

Preocupada em exigir legalmente da imprensa a divulgação dos desmentidos, já que muitos veículos de comunicação a estão acusando sem provas, a CUT sabe que este tipo de orquestração contra o sindicalismo – e também contra o PT – é um ataque claro aos espaços democráticos conquistados pelo povo. (MD).

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 44, mai/jun 1989, p. 4. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgãos de inteligência e repressão subordinados ao Exército, criados a partir da Operação Bandeirantes (Oban), em 1969, sob a orientação da Doutrina de Segurança Nacional, com o objetivo de coordenar e articular as ações de investigação e perseguição de militantes e organizações de esquerda durante a ditadura militar. (N.E.)

2. Oscar Dias Correia (1921-), jurista e político brasileiro, ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1982-1989. (N.E.)

u) A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – 1989

Sérgio Amadeu da Silveira¹

Os militares garantiram na Constituição Federal que as PM's sejam extensões do Exército, constituindo um comando paralelo aos governos estaduais.

A tutela militar sobre o país é um “caso de polícia”. As Forças Armadas lograram vitórias decisivas no Congresso Constituinte, não só assegurando o *status* de “defensoras da lei e da ordem”, mas principalmente institucionalizando o “militarismo” como o meio capaz de garantir a segurança pública.

Pela nova Constituição, o policiamento ostensivo é exercido exclusivamente pelas Polícias Militares, cabendo às Polícias Cíveis unicamente as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais. O *lobby* das Forças Armadas, prevendo o avanço das forças democráticas, apressou-se em “recheiar militarmente” todos os mínimos espaços para ações de controle social e de garantia de incolumidade das pessoas.

Caso prevalecesse, em matéria de Segurança Pública, a Constituição anterior, os Estados poderiam estruturar um novo policiamento, reduzindo os efetivos militares, completamente ineficazes para a prevenção do crime. Ocorre que as Forças Armadas e a comunidade de informações precisam de Polícias Militares como extensões de sua presença e do seu poderio.

Recentemente, em São Paulo, durante a greve dos professores, um pequeno deslize desnudou a face oculta das PM's e sua ligação com os serviços de informações. Os 1.500 policiais do Batalhão Escolar e da Ronda Escolar, incumbidos da segurança de 750 escolas estaduais, foram utilizadas para mapear o movimento grevista, checar sua extensão e identificar seus líderes. As informações foram passadas ao Serviço Reservado da PM (atual BPGE [Batalhão de Policiamento de Grandes Eventos]), a partir daí seu destino é desconhecido. O comandante-geral da PM, coronel Wilson Correia Leite, diz não ter ordenado a ação de espionagem, mas o jornal *O Estado de S. Paulo* – divulgou no dia 21 de abril a declaração do tenente Marcelo Pignatari, relações públicas da corporação, confirmando a operação e creditando-a ao Comando da PM.

Pouca gente sabe que as Polícias Militares integram legalmente o “Sistema de Informações do Exercício”. Os artigos 41 e 42 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R-200) em vigor, subordinam as PM's ao Comando do Exercício de Área, permitindo à Inspetoria-Geral das Polícias Militares (órgão do Estado-Maior do Exército) dirigir-se diretamente às Polícias e seus órgãos, com ou sem aval da Secretaria da Segurança ou dos governadores. A subordinação das PM's aos governos estaduais não passa de ilusão.

As PM's, através de seus Serviços de Inteligência, são utilizadas como tentáculos do Exército. Além disso, qualquer mudança na “organização, aumento ou diminuição de efetivos das Polícias Militares depende de aprovação do Estado-Maior

do Exército” (Artigo 38 do R-200). O Exército decide previamente ainda sobre material bélico, munição, motomecanização, ensino etc. Quando as Assembleias Legislativas recebem um Projeto de Lei sobre as Polícias Militares, o mesmo já foi submetido ao Exército.

Evidentemente a Segurança Pública fica prejudicada com a existência de duas polícias, com a total descoordenação entre elas e com a militarização de funções eminentemente civis.

“O povo é civil”, escreveu Roberto Aguiar. O criminoso é civil. Quase a totalidade das causas geradoras do crime são sociais. Mas, apesar de tudo isso, temos um “Exército” para “combater” o crime. A estrutura militar é completamente anacrônica, disfuncional para evitar, prevenir, dissuadir e até “combater” o crime. O policiamento correto, disseminado em todo o mundo civilizado, é civil, uno, uniformizado e, em geral, com policiais recrutados na própria comunidade.

O emprego de um policiamento militar rescaldo da ditadura e da “transição transada por cima”, pressupõe a existência de uma guerra. Numa guerra, todos os movimentos são importantes, todos são suspeitos, e, se o inimigo está “fantasiado” de “povo”, o policial deve estar mais atento, mais tenso, pois qualquer cidadão é um “inimigo” em potencial. Tal clima de guerra contamina a população, que a cada dia vê com mais desprezo e desespero a ineficácia da polícia para prover a sua segurança.

Projeto para Constituinte

A bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo incorporou, em sua proposta para a Constituinte Estadual, ideias provenientes das entidades populares e das bases partidárias.

A proposta procura ocupar os espaços delegados pela Constituição Federal como competência de cada Estado e, ao mesmo tempo, toma o cuidado de não restringir o que será da competência dos municípios quando da elaboração das Leis Orgânicas.

Um dos pilares do projeto do PT² é a ideia da participação popular: daí a proposta de garantir à iniciativa da sociedade civil a formulação de leis e a possibilidade dela manifestar através de referendo sobre as decisões da Assembleia Legislativa. A bancada petista também pretende ir aos detalhes no capítulo referente aos direitos sociais, para impedir interpretações dúbias, opondo-se portanto, à ideia de uma Carta “sumária”.

Pontos dos mais polêmicos deverão ser os relativos à Polícia Militar e à regulamentação da propaganda governamental. Em relação ao primeiro, a bancada propõe a desmilitarização da PM, fortalecendo a concepção do policiamento preventivo. Sobre o segundo, o PT defende formas concretas de fiscalização do Poder Legislativo sobre o Executivo: apresentação à AL de plano anual de publicidade, com custos e objetivos, relatório trimestral dos gastos, além de prever punição por crime de responsabilidade em caso de não ser cumprido.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 44, mai/jun 1989, p. 16. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Sérgio Amadeu da Silveira (1961-). No contexto, assessor parlamentar do PT na Assembleia Legislativa. (N.E.)

2. No dia 6 de maio de 1987, o PT apresentou à Assembleia Nacional Constituinte seu projeto de Constituição. Com base no texto do jurista Fábio Konder Comparato e nas propostas e emendas recebidas, o projeto foi elaborado pelo Diretório Nacional, sob a coordenação da Comissão Constitucional, constituída especialmente para este fim. (N.E.)

v) GRAVE AMEAÇA ÀS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS – 1991

Completam-se 90 dias das prisões dos vereadores de Diadema, Romildo Raposo¹ (PT) e Manoel Boni² (eleito pelo PT, atualmente sem partido). Presos por ordem judicial após os trágicos acontecimentos da Vila Socialista³, os vereadores tiveram negados os quatro pedidos de *habeas corpus* que foram impetrados pelos advogados e julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O juiz de Diadema tem insistido em manter a prisão preventiva alegando que os vereadores seriam uma ameaça à ordem pública. A criminalização da luta pela moradia tem sido a forma encontrada para mascarar as prisões políticas de Diadema.

Não existindo mais no país instrumentos jurídicos como a LSN⁴ do período da ditadura militar, a justiça vem utilizando o Código Penal. É assim que estão sendo orquestradas farsas jurídicas de norte a sul do país para encobrir os processos políticos que são movidos contra os militantes do movimento popular pela moradia, os militantes do Movimento Sem Terra e dirigentes sindicais urbanos e rurais.

Os quatro presos de Porto Alegre incriminados pelo enfrentamento na praça da Matriz no ano passado⁵ aguardam julgamento. Dezenas de dirigentes de Executivas de grandes sindicatos filiados à CUT acumulam processos, muitas vezes conduzidos pela Polícia Federal.

Esta ofensiva judicial tem o objetivo de intimidar as lutas sindicais e populares. Ela constitui uma ameaça terrivelmente séria às liberdades democráticas. A ameaça de condenação de Romildo e Boni, que estão ameaçados de receber uma sentença de até 10 anos de prisão, é um sinal da gravidade da situação.

Diante deste quadro o Diretório Nacional aprovou uma resolução que aqui publicamos na íntegra:

Há um mês, encontram-se presos em Diadema os companheiros Romildo Raposo, vereador do PT, e Manoel Boni, vereador sem partido.

Estas prisões fazem parte de um ataque do governo Quêrcia⁶ ao movimento dos sem-teto e às ocupações de terras, que reprimiu violentamente os moradores da Vila Socialista matando dois trabalhadores, ferindo várias dezenas de outros e prendendo, além destes, mais dois vereadores: Antonio Rodrigues-PT e João Teixeira-PSB e mais 47 trabalhadores – todos já soltos.

A justiça de São Paulo tem protelado o julgamento do habeas corpus num flagrante desrespeito ao cumprimento deste direito constitucional.

Estas prisões, portanto, são as únicas prisões políticas em nosso país, junto com as de outros companheiros no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Paraná e exigem de nosso partido uma ação enérgica de denúncia e mobilização no sentido de liberar imediatamente os companheiros presos.

Neste sentido, propomos que o Diretório Nacional delibere ações concretas pela libertação de Romildo e Manoel Boni e dos demais presos políticos com a imediata edição de um cartaz nacional, a realização de atos e/ou pronunciamentos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, bem como oriente todos os militantes do Partido na Administração de Diadema, que se engajem nas atividades e se pronunciem pela libertação dos presos.”

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 53, abr. 1991, p. 15. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Romildo Raposo Fernandes, vereador de Diadema pelo Partido dos Trabalhadores entre 1989 a 1992. (N.E.)
2. Manoel Boni, vereador de Diadema pelo Partido dos Trabalhadores entre 1989 a 1992. (N.E.)
3. Vila Socialista é um bairro localizado no município de Diadema, no estado de São Paulo, ocupado durante a década de 1980. Em dezembro de 1990, ocorreu uma violenta desocupação com cerca de 400 policiais militares. No contexto, 40 pessoas ficaram feridas e duas morreram. (N.E.)
4. Lei de Segurança Nacional (LSN). Em 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal deste tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a Segurança do Estado. A esta primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder de arbítrio utilizado naquela época. Em 1953, surgiu uma nova lei, mais adequada ao período de normalidade constitucional, que se seguiu após 1945. Mas o governo militar, instaurado em 1964, alterou este quadro e a partir de 1965 introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. (N.E.)
5. Em 8 de agosto de 1990, aproximadamente 400 integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) realizaram um acampamento de protesto na praça Matriz em Porto Alegre (RS). Soldados da Brigada Militar gaúcha reprimiram o protesto, resultando em 72 feridos e um policial morto. No contexto, 11 manifestantes foram indiciados. (N.E.)
6. Orestes Quércia (1938-2010), jornalista, advogado, empresário e político. Foi vereador, eleito pelo Partido Libertador, em Campinas (1963-1966). Em 1965, com o bipartidarismo imposto pela ditadura, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo qual se elegeu deputado estadual em São Paulo (1967-1968), prefeito de Campinas (SP) (1969-1972), senador por São Paulo (1975-1983) e governador do Estado de São Paulo (1987-1991). (N. E.)

w) PETISTAS AMEAÇADOS DE MORTE NO PARÁ – 1991

Atentados, intimidações e muita intranquilidade. É esse o clima vivido pelas lideranças ligadas à questão da terra no Pará. Após a posse do governador Jáder Barbalho, em março deste ano, a situação se agravou. O alvo principal são os petistas: o deputado federal Valdir Ganzer¹ escapou por pouco de um atentado no município de Ourém, José Soares Brito, presidente do PT no município de Rondon do Pará, e Barreiro, presidente do PT de Moju, tiveram suas casas incendiadas. Os deputados estaduais Zé Carlos e Edimilson Rodrigues foram ameaçados de morte no Plenário da Assembleia Legislativa.

A Executiva Estadual do PT do Pará compôs uma comissão para responder às ameaças. É fundamental denunciar amplamente a violência, em todo o país, como forma de garantir a vida dos companheiros.

Jáder Barbalho, em sua campanha para o governo do Estado, foi amplamente apoiado pelo latifúndio. Após a sua posse, o PT foi posto sob a mira dos aliados do governador. Os demais partidos de esquerda no Pará ou estão com Jáder ou com Hélio Gueiros. O PCB², O PCdoB³, o PDT⁴ e o PSDB⁵, em maior ou menor grau de adesão, estão com Jáder. O PSB⁶ está com Hélio Gueiros. Como Gueiros perdeu grande parte de sua base de sustentação – que foi simplesmente comprada por Jáder, o único partido que faz oposição é o PT. Por isso, é a principal vítima das perseguições.

Ameaçados

Nas últimas eleições, o PT cresceu muito no Pará. Elegemos dois deputados federais – Valdir Ganzer e Paulo Rocha – e seis estaduais – Zé Carlos, Aída Maria, Edimilson Rodrigues, Babá, Miriguinho Batista e Geraldo Pastana. No campo institucional, ocupamos o vácuo deixado pelos outros setores, sejam de esquerda, centro ou direita.

A lista dos ameaçados é grande. Além dos já citados, estão sob a mira do latifúndio os companheiros Orivaldo – vereador de Prainha, ameaçado pelo deputado José Alfredo Hage, do PMDB; Formiga – presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari; Ivan Sadek – vereador de Santarém, que hoje recebe proteção da Polícia Federal; Raimundo Marques – ex-deputado estadual e membro da Executiva Regional do PT, que está na lista dos ameaçados do sul do Pará, juntamente com o padre Ricardo Rezende e outros sindicalistas; Babá – deputado estadual, espancado pela PM, em Capanema, por conta de sua participação no apoio à greve dos trabalhadores de fábrica de cimento; Eduardo Prates – presidente do STR de Rondon do Pará.

Buscando dar respostas à violência, a Executiva Regional do PT, em 23 de julho deste ano, reunida com um coletivo de outros companheiros do partido, decidiu realizar reuniões com todos os setores do partido no sentido de socializar essas avaliações e buscar construir uma unidade partidária para esse enfrentamento. É importante sensibilizar o conjunto do partido para a necessidade de priorizar o fortalecimento do PT em suas diversas instâncias.

Respostas

Será realizado um seminário estadual, marcado, a princípio, para setembro, iniciando a discussão sobre as políticas do PT para o Estado, tanto para articular melhor a oposição ao governo Jáder, mas também para sistematizar propostas programáticas alternativas para o Estado, além de se aprofundar a discussão sobre o enfrentamento à violência que vem sendo patrocinada contra o PT. Neste seminário se realizará a discussão sobre a política agrária e agrícola para o Estado.

Foi criada, também uma comissão para dar respostas mais imediatas às ameaças, constituída pelos companheiros Paulo Rocha – deputado federal, Cláudio Bordalo – secretário geral, Geraldo Magela – militante, um deputado estadual, a ser indicado pela bancada e pelo advogado da assessoria da liderança, companheiro Roberto.

Essa comissão já está trabalhando e, reunida no dia 24 de julho, decidiu marcar uma audiência com o governador do Estado para o dia cinco de agosto para tratar das ameaças. A essa audiência estarão presentes os deputados federais e estaduais, além da representação da Executiva e dos ameaçados. Além disso, deve-se buscar garantir a presença de uma expressão nacional do partido.

Da mesma forma, a bancada federal do PT buscará uma audiência com o ministro da Justiça.

Será feita uma ampla campanha nacional e internacional de denúncia sobre as ameaças contra o PT do Pará. Serão produzidos dois materiais: um dossiê e um *folder* sobre os acontecimentos, que serão encaminhados às instâncias partidárias e entidades nacionais e internacionais.

Cresce a violência oficial

As torturas e prisões ilegais contra posseiros já se tornaram comuns no Pará. No município de Paraupabas, sete sem-terras que ocupavam parte da Fazenda Estrela permaneciam presos – sem mandado – desde o dia 22 de agosto. Eles foram detidos a mando do pretense proprietário da terra, Valdemar, “Valdé”, por 13 policiais civis, que os espancaram e torturaram, além de queimar suas casas e seus pertences. Os lavradores, feridos em consequência das torturas, não tiveram direito a atendimento médico.

Já em Tucumã, também no Pará, a ação de policiais contra posseiros resultou em casas incendiadas, um ferido a bala e cinco trabalhadores presos ilegalmente. No dia 29 de agosto, cerca de 30 pistoleiros e dez soldados da Polícia Militar do Estado atacaram um acampamento de posseiros na Fazenda Alvorada, na divisa com o município de São Félix do Xingu. Os lavradores ocupam a área – reivindicada pelo fazendeiro conhecido como Accioly – há cerca de três anos.

Segundo o relato do padre Danilo, de Tucumã, foi Accioly, acompanhado de seu filho “Acciolinho”, quem comandou o grupo de policiais e pistoleiros no ataque à fazenda, na madrugada do dia 29. O fazendeiro e seu filho agrediram, ainda, o padre Danilo, no hospital de São Félix do Xingu, quando este visitava os posseiros feridos no conflito.

Dado novo

O estado do Pará é recordista nacional em assassinatos de trabalhadores rurais. O dado novo, após a posse de Jäder Barbalho, é que os autores das violências já não são misteriosos pistoleiros, mas a própria polícia, “Militar, Civil ou Federal”, como denuncia o Diretório Regional do PT no estado.

Contra os militantes da luta pela terra vale tudo: no dia 22 de agosto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha, Manoel da Costa Ferreira, foi preso, acusado de “estupro” contra duas mulheres. O “estupro” jamais aconteceu, como afirmam as pretensas vítimas. Manoel, assim como o vereador Orivaldo Oliveira Ferreira (PT), José Moita e Francisco Siqueira (ambos do PMDB), está na lista de “jurados de morte” pelo deputado José Alfredo Hage (PMDB), casado com a prefeita de Prainha e “comandante” da polícia local.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 57/58, ago/set. 1991, p. 19. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Valdir Ganzer (1955-), sindicalista, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores eleito em 1986 no Pará, em 1990 é eleito deputado federal pelo mesmo partido. (N.E.)
2. Sigla do Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), e extinto em seu X Congresso, em 1992, no contexto da crise do Leste europeu. (N.E.)
3. Sigla do Partido Comunista do Brasil, organizado em 1962 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (N.E.)
4. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi fundado em setembro de 1980 por grupo liderado por Leonel Brizola, pertencente ao antigo PTB. (N.E.)
5. Partido da Social Democracia Brasileira, partido criado em 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que divergiam internamente no partido ao longo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e 1988. (N. E.)
6. Partido Socialista Brasileiro (PSB), criado em 1947 a partir da transformação da Esquerda Democrática na década de 1940 no qual defendia um socialismo construído de forma gradual e legal por meio da democracia. (N.E.)

x) PT REPUDIA MASSACRE NO RIO – 1993

Eram trabalhadores, estudantes – 21 cidadãos brasileiros – as vítimas do massacre de Vigário Geral.¹ A chacina da noite de domingo, no Rio de Janeiro, é mais um abalo para uma sociedade que descobre, a cada instante, como se alargam os limites do horror, da brutalidade, da barbárie. Como a maioria dos brasileiros, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos indignados e tristes diante de mais este crime. Aos meninos e meninas da Candelária, às crianças e mulheres decapitadas de Haximu se reúnem agora mais 21 vítimas da omissão das autoridades.

Os saudosos do retrocesso explicam a violência com a ideia da ingovernabilidade e usam vítimas como as de Vigário Geral para ilustrar suas pregações de soluções não constitucionais.

A Comissão Executiva Nacional do PT apoia a posição do Diretório Regional do partido no Rio de Janeiro, que exige a apuração da chacina pelo Ministério Público, a dissolução do Batalhão da PM de Vigário Geral, com a substituição da totalidade de seu efetivo, e a constituição de um fórum permanente contra a violência. Exigimos, ainda, a aprovação em regime de urgência dos projetos do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que determinam a desmilitarização e unificação das polícias militares e civis e a aplicação da justiça comum para os crimes da PM.

O Partido dos Trabalhadores conclama a sociedade brasileira a se unir na mais veemente repulsa a barbárie que já se incorpora ao nosso cotidiano. É urgente a punição dos culpados – por ação e omissão. A democracia exige o fim da violência e só a democracia será capaz de construir um país melhor.

São Paulo, 31 de agosto de 1993

Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

Violência I

Ainda sob o impacto da chacina de Vigário Geral, diversos setores – inclusive petistas – chegaram a propor a intervenção do Exército na Polícia Militar do Rio de Janeiro. A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida no dia seguinte ao crime, refutou a proposta. “A providência inadiável é limpar a polícia do Rio de Janeiro de seus elementos nocivos”, diz o líder da bancada federal e membro da CEN Vladimir Palmeira². Para a CEN, a proposta de intervenção seria um “precedente perigoso”.

Violência II

As recentes chacinas que abalaram a opinião pública exigem respostas concretas dos setores organizados. Com essa visão, o Diretório Regional do PT no Rio de Janeiro está convocando para o dia 24 de setembro um seminário sobre a violência, envolvendo parlamentares, militantes da área de direitos humanos e o Coletivo de Segurança – composto por petistas, policiais militares e civis. O PT carioca está

integrado ao Fórum Permanente contra a Violência e pela Vida, constituído após a chacina de Vigário Geral.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, nº 74, set. 1993, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. A Chacina de Vigário Geral, nome pelo qual ficou conhecido o massacre de 21 pessoas na favela de Vigário Geral no Rio de Janeiro/RJ em 29 de agosto de 1993. Durante a madrugada, cerca de 50 homens armados, entre eles policiais, adentraram a favela e dispararam contra os moradores que estavam no local. (N.E.)

2. Vladimir Gracindo Soares Palmeira (1944-), economista e político brasileiro, foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores na constituinte, entre 1987-1991, reeleito em 1991 até 1995. No contexto, membro da Comissão Executiva Nacional e líder da Bancada na Câmara dos Deputados. (N.E.)

y) OUTRA VEZ AS PM's – 1997

José Dirceu¹

Outra vez as Polícias Militares surgem no noticiário nacional com a marca da violência. Em uma manifestação de cabos e soldados por melhores salários, em Belo Horizonte (MG), um cabo leva um tiro, supostamente de um manifestante da própria PM, mas à paisana. O movimento espalha-se pelo estado e Belo Horizonte é ocupada por tropas do Exército, em uma violência constitucional nunca vista no país. Minas Gerais não merecia tal humilhação.

A incompetência dos governadores do PSDB salta à vista. Primeiro foi o governador Mário Covas², incapaz de enfrentar a violência da PM de São Paulo, fazendo uma proposta marketeira de reforma da corporação, que só serviu para criar conflitos com a alta hierarquia, já que não é para valer. Depois, para acalmar esse mesmo alto comando da PM, fazendo vistas grossas à violência impune que levou à morte três sem-teto na Fazenda da Juta³ na capital do Estado.

Já o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo⁴, também do PSDB, mostrou-se totalmente incompetente e incapaz para o exercício do governo. Subestimou o movimento reivindicatório dos PM's, deu um aumento para os coronéis – verdadeiro tapa na cara dos policiais militares –, viajou para o Exterior, fez provocações contra o movimento e, na hora de tomar decisões, vacilou. Ao pedir a intervenção do governo federal e permitir que tropas do Exército ocupassem Belo Horizonte, desmoralizou-se como governador do Estado.

Os governadores precisam tomar em suas mãos a questão da reforma das polícias e da política de segurança pública, sob pena de perderem o controle em cada crise com as PM's do Estado que governam.

Na verdade, o governo federal, o PSDB, não quer reformar as PM's. Todo o país sabe que é preciso desmilitarizar a corporação, unificar as polícias, acabar com as P-2 que, de polícia de disciplina interna das corporações se transformaram em polícia política, de forma ilegal e inconstitucional.

Os governadores não têm controle sobre as Polícias Militares, que se transformaram num Estado dentro do Estado. Seus serviços secretos, as P-2, trabalham em consonância com o serviço de informação das Forças Armadas. Ou seja, existe no país uma rede de espionagem política ilegal e inconstitucional. E ninguém faz nada contra isso.

Mais grave é que, há anos, persistem os problemas da desigualdade salarial, de condições de trabalho, do regulamento disciplinar das PM's, e nada se faz para mudar. É escandalosa a diferença salarial entre os coronéis, verdadeiros marajás, e os soldados. É escandaloso o poder político dos coronéis, *lobby* que é capaz de paralisar projetos de leis no Senado da República, tal a dependência de ex-governadores aos esquemas das PM's.

Mudar o regulamento disciplinar, mudar toda a estrutura salarial, pôr fim à autonomia política que hoje têm as PM's (herança dos tempos da ditadura militar) e reformar a política de segurança nacional é a única saída para a crise que vai se aprofundando nas Polícias Militares de todos os Estados do Brasil. Mas, para isso,

o país precisa de um outro governo. Porque este, também nessa área, já se mostrou conservador, impotente e incapaz de mudar.

Fonte: *PT Notícias*, nº46, julho de 1997, p. 2. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. Eleito em 1995, reeleito em 1997 e 1999. (N.E.)
2. Mário Covas Júnior (1930-2001), engenheiro e político. Ex-prefeito de São Paulo (1983-1986), também foi eleito senador [1987-1988, pelo PMDB, 1988-1994, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)]. Neste período, foi candidato pelo PSDB à Presidência da República em 1989. Foi eleito governador do Estado de São Paulo por duas vezes (1995-2001), falecendo antes de concluir seu segundo mandato. (N. E.)
3. Em 20 de maio de 1997, três sem-teto foram mortos pela polícia militar durante uma reintegração de posse na Fazenda da Juta, zona leste da cidade de São Paulo. (N.E.)
4. Eduardo Brandão de Azeredo (1948 -), engenheiro mecânico e político brasileiro, eleito governador de Minas Gerais pelo Partido da Social Democracia (PSDB) entre 1995-1999. (N.E.)

z) A OFENSIVA CONTRA O MST E O NOSSO REVIDE – 1998

Plínio de Arruda Sampaio¹

As classes dominantes desenvolveram, há muito tempo, um padrão de tratamento das pressões populares. Esse tratamento se divide em três fases.

A primeira é quando a pressão não chega a ameaçar a legitimidade do seu domínio. Nesta fase, o tratamento consiste em não fazer nada.

A segunda fase começa quando o problema atinge um grau superior e pode representar ameaça à legitimidade do regime ou provocar distúrbios que signifiquem perda de estabilidade. Aí o tratamento consiste em atender a conta-gotas, na base de duas gotas de atendimento; dez gotas de publicidade.

A terceira começa quando a pressão não cessa, apesar do tratamento da segunda fase. Aí a coisa complica. A título especialíssimo, pode-se aumentar a dose de duas gotas para três e até, conforme o caso, quatro.

Mas chegando a este ponto: “basta”! Aí, se o grupo social reivindicante continuar pressionando, terá de ser reprimido. O tratamento adequado passa a ser, então, a repressão.

A pressão dos sem-terra já atingiu esse grau. O governo já armou a repressão. Ela se desenvolve em diversos planos.

No plano da opinião pública, a imprensa das classes dominantes já desfechou uma ofensiva violenta contra a agência social que articula e coordena a pressão dos sem-terra: O MST.² É só ver as reportagens da *Veja*, do *Estadão*, do *O Globo*, da *Folha de S.Paulo*.

São duas as tônicas desses ataques: o movimento perdeu legitimidade porque se tornou político, já que o MST declarou seu apoio a Lula; os líderes do movimento são corruptos, gostam da vida boa, já têm terra e continuam agitando. O uso da sem-terra que se tornou modelo e artista de televisão responde a esse objetivo.

No plano da repressão física, o governo liberou o latifúndio para despejar seus jagunços sobre os sem-terra. Grupos mistos de pistoleiros e policiais em dia de folga estão executando sem-terra e dirigentes do MST, como acabamos de ver no Paraná, no Pará e em Santa Catarina. O objetivo é amedrontar as famílias de sem-terra.

Os crimes ficam impunes. A Polícia Federal não foi capaz, por exemplo, de localizar os mandantes do assassinato de Fusquinha e Doutor, há duas semanas em Paraupebas. Nenhum delegado teve a ideia de pedir o endereço ao Dr. Roberto Marinho.³

No plano econômico, a medida repressora consiste em ameaçar com a antecipação da emancipação dos assentamentos, porque o governo sabe que estes ainda não têm condições de se sustentar economicamente sem os subsídios do Procerá⁴ e a dificuldade econômica vai arrefecer o ânimo dos dirigentes do MST, uma vez que parte do financiamento do movimento vem das contribuições dos assentados.

No plano da Justiça, a repressão consiste, de um lado, na impunidade: nenhum dos responsáveis pelos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás⁵, cometidos há mais de dois anos, ainda foi submetido ao Tribunal do Júri; de outro lado, na criminalização dos dirigentes do MST. Recentemente, a Justiça do Rio Grande do Sul abriu processo criminal contra 42 deles.

O que está acontecendo com o MST lembra muito o que aconteceu com o Sindicato dos Petroleiros. Os petroleiros pressionaram e obtiveram muitos direitos. Mas, a partir de um certo ponto, as classes dominantes consideraram que eles haviam passado do limite.

Aí, não tiveram nenhum escrúpulo: tudo, até tanque de guerra, foi usado para massacrar a greve e manietar o sindicato de tal maneira que ele até hoje não conseguiu articular outra greve.

Ainda não se sabe qual a modalidade que será adotada para massacrar o MST. Mas só alguém muito despistado deixa de ver que o governo está armando um golpe da mesma natureza.

Mas, agora, já que conhecemos bem a manha da direita, está na hora de dar o troco. Dar todo o apoio ao MST constitui um ponto de honra para o nosso Partido. Isso foi o que a Secretaria Agrária foi dizer e foi pedir à bancada federal do Partido.

Reunidos durante cinco horas no edifício da Câmara dos Deputados, 35 parlamentares, convocados pelo líder Marcelo Déda⁶, debateram as formas de dar essa solidariedade.

O líder do MST, João Pedro Stédile⁷, esteve presente na reunião e deu um informe detalhado sobre a ofensiva do governo e o revide dos sem-terra, transmitindo muito ânimo aos presentes. Agora, é só esperar a resposta da bancada.

Seria extremamente útil se as Secretarias Agrárias Estaduais fizessem a mesma exposição e o mesmo pedido às bancadas de seus Estados. A SAN dispõe de elementos informativos para fornecer dados a quem queira se alistar nesse entrevero.

Fonte: *PT Notícias*, nº60, abr. 1998, p. 3. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, membro da Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)

2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1983, em Cascavel (PR), com o objetivo de criar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela reforma agrária e pelas necessárias transformações sociais. O Movimento Sem Terra tem como objetivos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. (N.E.)

3. Roberto Marinho (1904-2003). Jornalista e empresário. Em 1931 assumiu o diário *O Globo* fundado em 1925 por seu pai Irineu Marinho. Na década de 1940, inaugura a Rádio Globo e, em 1965, durante a ditadura civil-militar, funda a TV Globo no Rio de Janeiro. (N.E.)

4. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procerá), criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, visava garantir aos assentados investimento nas produções e possibilidades para inserção no mercado. (N.E.)

5. O primeiro refere-se ao massacre de trabalhadores rurais ocorrido em Corumbiara, no estado de Rondônia, onde havia um acampamento de trabalhadores sem-terra na fazenda Santa Elina. No dia 9 de agosto de 1995, a polícia reprimiu o movimento resultando

na morte de 10 pessoas, número divulgado pela imprensa, no contexto. O segundo refere-se ao Massacre de trabalhadores rurais ocorrido na cidade de Eldorado dos Carajás no estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996, que resultou em 19 trabalhadores mortos pela polícia militar do Estado. (N.E.)

6. Marcelo Déda Chagas (1950-), advogado e político brasileiro, foi eleito deputado estadual de Sergipe pelo Partido dos Trabalhadores em 1986, foi também deputado federal pelo mesmo partido entre 1995-1991.

7. João Pedro Stédile (1953-). Economista, pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México, fundador e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de cooperar com a Via Campesina Brasil. Também fez trabalhos de assessoramento para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado do Rio Grande do Sul, como, também, em contexto nacional. Exerceu o cargo de secretário da Agricultura do estado do Rio Grande do Sul. (N.E.)

aa) ANISTIA PARA O POVO BRASILEIRO! – 1999

Frei Betto¹

Comemoram-se 20 anos, a 28 de agosto, da anistia concedida, pela ditadura militar, às suas vítimas e algozes. Os cárceres foram abertos em 1979, e os exilados e bandidos puderam retornar ao país.²

O decreto do general Figueiredo não foi um gesto de benevolência, mas fruto da mobilização de milhares de brasileiros, sobretudo mulheres lideradas por Therezinha Zerbini³, em São Paulo; Helena Greco⁴, em Minas; Nildes Alencar Lima⁵, no Ceará; Heloneida Stuart, no Rio etc. Entre os homens, um nome merece ser destacado, o do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh⁶, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia. Neste país, em matéria de direitos tudo se dá. Tudo se conquista.

Fui beneficiado pela anistia. Ela zerou meu prontuário na polícia (mas não no consulado americano, que exige, a cada solicitação de visto, que eu explique em detalhes porque estive preso...). Fez-me recuperar os direitos políticos, cassados por dez anos em 1972.

Ao deixar a cadeia em 1973, descobri um curioso paradoxo da justiça castrense: o frade havia sido cassado, o cidadão não. Eu podia e não podia votar, algo semelhante ao fenômeno físico do gato de Schrödinger, que fica morto e vivo ao mesmo tempo. Se o cidadão votasse, o frade incorreria em crime. Se o frade não votasse, o cidadão deveria se explicar à Justiça Eleitoral. Optei pela única saída: nas eleições ausentava-me do domicílio eleitoral e justificava-me numa agência dos Correios.

A tradição jurídica brasileira é uma história de aberrações, como a recente absolvição dos oficiais responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás. E a lei da anistia não é exceção. Ela assegura impunidade aos torturadores. O que encerra uma confissão de culpa do regime militar. O corporativismo predominou, espécie de 30 moedas pagas a Judas pelo trabalho sujo.

Hoje, a tortura é crime inafiançável. Um avanço no papel. Na delegacia da esquina, o pau come solto.

A Anistia marcou o processo de abertura política do país. Abertura formal, limitada pelos interesses das elites, cuja concepção de democracia ainda exclui os direitos dos sem-terra, dos sem-teto, dos aposentados e dos desempregados. Assim como, na colônia, nação e cidadania excluía índios e escravos, analfabetos e assalariados.

Outro paradoxo é constatar que o governo presidido por um ex-cassado e exilado, Fernando Henrique Cardoso⁷, promove o “fechamento” econômico. Segundo dados da ONU e do Banco Mundial, o Brasil é campeão de desigualdade social, com 63,4% da renda nacional em mãos de 20% da população. Nossa indústria é sucateada pela abertura irresponsável ao capital estrangeiro; nosso patrimônio público privatizado; encarecendo os serviços prestados, nem sempre de qualidade satisfatória; nossa agricultura carece de política adequada e continua refém do latifúndio. Apenas 1% dos proprietários rurais controla 44% das terras no país. São aqueles 6%, entre 22 mil devedores do Banco do Brasil, que arcam com 80% da dívida e, agora, exigem ainda anistia fiscal.

Há no Brasil 18,5 milhões de aposentados. Ganham em média 1,8 salário

mínimo. Do total, 11 milhões sobrevivem com apenas um salário mínimo. De novo, o garrote econômico aperta o pescoço da maioria. Os aposentados pelo Congresso Nacional (ex-deputados e senadores) recebem, em média, 57,8 salários mínimos; pelo Poder Executivo federal, 14,4; e pelo Judiciário, 43,7 salários mínimos. Os militares são aquinhoados, na expressão de Lilian Witte Fibe, com “aposentadorias hereditárias”. Enquanto isso, o governo reduz o pecúlio dos aposentados da iniciativa privada, condenando-os à mendicância.

Em julho, a presidência da República gastou cerca de R\$ 9 milhões por dia com material de consumo (copa, cozinha, alimentação, combustível, homenagens, roupas de cama etc.). Em junho, foram previstos R\$ 16 mil para a compra de frutos do mar, R\$ 5 mil de bacalhau, R\$ 7 mil de queijos e frios. E, no entanto, o Incra propôs ao MST cesta básica de R\$ 20 para cada família assentada.

A tortura da fome de 47 milhões de brasileiros é mais dramática que o terror de Estado sob a ditadura. Entre tantos brasileiros, eu esperava que FHC tivesse um mínimo de sensibilidade para o social. Iludi-me. Agrava-se o leque de questões sociais: saúde, educação, emprego, moradia.

A reforma agrária só existe em discursos oficiais. Basta conferir a força da bancada ruralista no Congresso. E, ainda por cima, velhas raposas da política brasileira tripudiam sobre a nação ao falar em acabar com a pobreza. Como se a natureza de suas raízes com o sistema de exclusão social permitisse que, súbito, se tornassem defensoras do galinheiro...

A 26 de agosto, milhares de pessoas estarão em Brasília para proclamar um *Basta!* a essa política que anula, na esfera econômica, as conquistas políticas simbolizadas pela anistia de 1979.⁸ O povo brasileiro merece ser anistiado de tanta miséria e injustiça!

Quando comandantes de massacres de agricultores são absolvidos, assim como o foram os torturadores pela lei de anistia, é hora de regressarmos às ruas, antes que a falência da democracia nos empurre para um novo ciclo autoritário. Então será tarde demais.

Fonte: *PT Notícias*, n.º 82, ago/set 1999, p. 6. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. Carlos Alberto Libânio Christo (1944-), Frei Betto, é um frade dominicano, escritor e militante de movimentos sociais e direitos humanos. Na década de 1980 e 1990, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central de Movimentos Populares (CMP). (N.E.)
2. A Lei da Anistia, promulgada pelo decreto nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, durante o governo do então presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). (N.E.)
3. Therezinha de Godoy Zerbini (1928-2015), advogada, assistente social e militante dos Direitos Humanos. Em 1975, fundou e liderou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em São Paulo, movimento que lutava contra a repressão do regime militar e pedia o fim do exílio e das prisões políticas durante a ditadura. (N.E.)

4. Helena Greco (1916-2011), ativista dos direitos humanos e política, foi vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte em dois mandatos (1983-1988 e 1989-1992), responsável, no contexto, pela criação da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da prefeitura de Belo Horizonte. Ajudou a fundar o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais, que lutava contra a repressão e perseguição política durante a ditadura militar. (N.E.)
5. Nildes de Alencar Lima (1934-), ativista política dos Direitos Humanos, irmã de Frei Tito, foi eleita vereadora de Fortaleza em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Presidiu o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará. (N.E.)
6. Luís Eduardo Rodrigues Greenhalgh (1948-), advogado e político brasileiro. Vice-prefeito de São Paulo durante a gestão de Luíza Erundina entre 1989-1993 e também deputado federal entre 1990-1991; 1997-1999; 2001-2003; 2003-2007. (N.E.)
7. Fernando Henrique Cardoso (1931-) é sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político. Foi eleito presidente da República em 1994, tendo sido reeleito em 1998, governando o país até 2002. Em 1978 concorreu ao Senado Federal, eleito suplente de Franco Montoro e assumindo a cadeira em março de 1983. Esteve no processo de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988. (N.E.)
8. Conhecida como Marcha dos Cem Mil em Brasília, realizada em 26 de agosto de 1999, foi um movimento que protestava contra as medidas econômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, foi entregue um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), pedindo o enquadramento do ex-presidente em crime de responsabilidade. O movimento também reivindicava a retomada do crescimento econômico, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, emprego e melhores salários. Diversas organizações estiveram presente, entre elas, o Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e União Nacional dos Estudantes (UNE). (N.E.)

ab) FHC: O SOCIÓLOGO QUER TRATAR QUESTÕES SOCIAIS COMO CASO DE POLÍCIA – 2000

José Dirceu¹

Chama-nos a atenção a sequência de ilegalidades e violências praticadas por ordem de FHC. Desde o espetáculo de violência de Coroa Vermelha² para cá, a truculência protagonizada pelo governo federal não parou mais.

Já naquele momento, FHC tentava criminalizar o MST, com a operação “mentira” – desmascarada depois – que envolveu inclusive o cerceamento e a repressão à imprensa e a montagem de versões, como a de que os pataxós de Coroa Vermelha exigiram a ação policial, porque suas terras foram invadidas e índios agredidos. Fato que já mostrava um triste episódio que retoma o pior da política de cooptação, infiltração e divisionismo entre os índios, de parte de organismos de inteligência do governo federal e da P-2 da PM baiana.

A investida de FHC contra o MST estava só começando e culminou com a violenta repressão aos trabalhadores rurais sem-terra e a morte do agricultor Antonio Tavares Pereira, assassinado pela polícia no Paraná.

O presidente FHC passa, então, a tratar as questões sociais como caso de polícia e inicia uma fase de repressão sem paralelos nos últimos 20 anos. Mais grave é a tentativa do governo de isolar o MST e derrotá-lo, a exemplo da greve dos petroleiros em 1995, que fica evidenciada no tratamento diferente do governo ao negociar com os caminhoneiros na presença dos ministros da Justiça, Trabalho, Previdência e dos Transportes, além do secretário-geral da Presidência e ao se recusar a colocar o ministro da Fazenda ou o chefe da Casa Civil para negociar com o MST.

Mas FHC não parou por aí, colocou a Polícia Federal para reprimir – PF que mal consegue cuidar das fronteiras do país ou conter o narcotráfico exatamente porque o governo não lhe destina recursos – e prendeu trabalhadores sem-terra, tentando transformar manifestantes de movimentos sociais em presos políticos.

A verdade é que a oposição ao governo FHC cresce e também a insatisfação popular, expressa nos atos públicos dos *Outros 500*³, 1º de Maio, greve de funcionários públicos, ocupações da Contag, MST e MLST⁴ e a greve dos caminhoneiros.

O objetivo do governo é impedir, pela repressão e criminalização, as manifestações sociais de repúdio à sua política econômica e suas consequências; desemprego arrocho e aumento da miséria e a criminalidade.

Reafirmamos nosso apoio à luta pela reforma agrária e nossa solidariedade ao MST, Contag, CUT, MLST que estão à frente desta luta e não vacilaremos em denunciar e nos opor nas ruas e no Congresso Nacional a este verdadeiro retrocesso político encampado por FHC.

O governo brasileiro está caminhando para o autoritarismo. A volta da Lei de Segurança Nacional, da censura aos meios de comunicação – práticas comuns nos tempos da ditadura militar – e os plenos poderes do general Alberto Cardoso⁵, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que reorganiza à luz do dia o antigo SNI⁶, são exemplos da escalada autoritária de FHC.

Junto com o deputado Milton Temer⁷, dei entrada no Supremo Tribunal Federal de “Notícia Crime” contra o ministro da Secretaria de Comunicação de Governo, Andréa Matarazzo⁸, para que o Ministério Público apure responsabilidades pela intervenção de Matarazzo no programa “Opinião Brasil”. Na semana passada, o ministro proibiu que a TV Educativa, ligada ao governo federal, veiculasse uma entrevista com João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do MST. De tão absurdo e inconcebível, a censura rendeu ao presidente severas críticas inclusive da parte de seus aliados.

É preciso que todo esse quadro montado por FHC fortaleça a resistência e a luta para que não haja retrocesso.

E no momento em que o governo anuncia medidas de repressão ao movimento social e cria o Dops da terra, manifestantes do ato pelo salário mínimo e integrantes da Contag dão o exemplo em Brasília. Na luta pelo mínimo, o teatro montado pelo governo, o PFL⁹ e a coalizão conservadora que o sustenta e os favorecimentos, para no final aprovar o mínimo de R\$ 151, reafirmam sua política econômica de exclusão para o povo e servil para as elites, refém dos bancos internacionais e despreocupada com as desigualdades.

Os problemas sociais são consequências do atual modelo econômico, a luta social é o caminho para aqueles que se opõem ao neoliberalismo e à insensibilidade do atual governo. Vamos derrotá-lo nas ruas e nas urnas, criando uma alternativa real de governo, com amplo apoio social para defender o Brasil, mudar o modelo econômico e resgatar nosso povo da miséria e do desemprego.

A hora é de luta e unidade contra FHC.

Fonte: PT Notícias, Nº 90, abr/mai 2000, p. 2. Acervo CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. Eleito em 1995, reeleito em 1997 e 1999. (N.E.)

2. No dia 22 de abril de 2000, aproximadamente 3.000 manifestantes seguiam da cidade de Coroa Vermelha em direção a Porto Seguro na Bahia para manifestar contra as comemorações oficiais dos 500 anos de descobrimento no qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estava. (N.E.)

3. O movimento Brasil Outros 500 é fruto da organização de diversos setores sociais articulados, entre eles o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Terra (CPT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central de Movimentos Populares (CMP), Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib) e a Coordenação Nacional das Entidades Negras (Conen). O movimento começou a ser delineado quando essas entidades produziram o projeto Movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Durante as comemorações oficiais do V Centenário do descobrimento do Brasil, foi elaborado um manifesto que propunha celebrar a resistência indígena, negra e popular ao longo dos 500 anos de história,

em contraponto à história oficial das comemorações do descobrimento naquele contexto. (N.E.)

4. Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), criado em 1994, composto por acampamentos em seis Estados – Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Sua tática de atuação é a de estabelecimento de assentamentos em terras improdutivas. Sua principal bandeira é a da Reforma Agrária. (N.E.)

5. Alberto Mendes Cardoso (1940-), militar, foi convidado em 1994 durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir chefia da Casa Militar da Presidência da República, assumindo o cargo em 1995. Em 1999, a Casa Militar torna-se o Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República (GSI) e Cardoso é nomeado ministro-chefe da instituição. Em 2002 é promovido para General do Exército. (N.E.)

6. O Serviço Nacional de Informações (SNI) era um órgão subordinado à presidência da República. Ele foi criado durante a ditadura militar, em junho de 1964, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contrainformação, especialmente as de interesse para a segurança nacional. O SNI foi extinto em 1990. (N.E.)

7. Jorge Milton Temer (1938-), jornalista, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1995-1999, reeleito em 1999-2003. (N.E.)

8. Ângelo Andrea Matarazzo (1956-). Membro da família ítalo-paulista Matarazzo, é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi secretário estadual de energia e presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) no período do governo Mário Covas, no Estado de São Paulo. Também foi membro dos conselhos de Desestatização do Estado de São Paulo. Entre os anos de 1999 e 2001, exerceu o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. (N.E.)

9. Partido da Frente Liberal (PFL), criado em 24 de janeiro de 1985 por dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Em 28 de março de 2007, passou a se chamar Democratas (DEM). (N.E.)

ac) 500 Anos: O ESTADO E A LUTA POPULAR NO BRASIL – 2000

Sonia Hypolito¹
Paulo Maldos²

Neste mês de abril de 2000, a sociedade e o Estado brasileiros completaram 500 anos de existência. Quinhentos anos de uma sociedade tremendamente desigual e injusta. Quinhentos anos de um Estado controlado por elites e que só existe a seu serviço.

Na fase colonial, o Estado se confundia com a organização militar. No período republicano, ao longo do século XX, as oligarquias regionais e as classes dominantes brasileiras, articuladas às elites internacionais, manterão o controle absoluto do Exército e do conjunto das forças militares e repressivas, fazendo-os instrumento dos seus interesses. Ao longo deste período, será desenvolvido o conceito de “inimigo interno”, cujo ápice de aplicação se deu durante o período da ditadura militar (1964-1985). É neste período que são criadas as Polícias Militares (PM's) estaduais, como força auxiliar do Exército na repressão policial-militar aos movimentos populares e às organizações de esquerda.

O fim do regime militar trouxe uma limitada democracia política e não trouxe a democracia econômica. Chegamos aos 500 anos da sociedade brasileira numa situação de extrema exclusão social, de total ausência do Estado no atendimento das demandas populares e da sua atuação mais intensa como instrumento das classes dominantes nacionais e internacionais. E vieram as “comemorações” dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”.

O presidente FHC procurou fazer o único possível, do seu ponto de vista: uma comemoração vazia, sem povo, homenageando os primeiros invasores desta terra.

Os povos indígenas, o movimento negro, os movimentos populares procuraram fazer o necessário, do seu ponto de vista: uma contracomemoração crítica, denunciando a permanência, nestes 500 anos, de uma sociedade desigual, injusta e excludente.

O ponto culminante do confronto destas duas concepções dos “500 anos” se deu no dia 22 de abril, na estrada que une Porto Seguro a Santa Cruz Cabrália (BA). Em Porto Seguro, havia a comemoração oficial, reunindo o governo brasileiro com o governo português; em Cabrália havia a Conferência Indígena, com 3.600 lideranças de 140 povos indígenas, e o Quilombo, onde estavam milhares de militantes dos movimentos negro e popular, além de estudantes. Outros milhares de militantes estavam bloqueados nas estradas de acesso a Porto Seguro, já dentro de uma estratégia de controle militar da região por parte do governo federal.

Os militantes dos movimentos negro e popular buscaram se solidarizar com os índios naquela manhã do dia 22 de abril – foram atacados por tropas da Polícia Militar da Bahia, com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Mais tarde, os índios tentaram romper o cerco e seguir para Porto Seguro – nova investida, desta vez com mais violência.

O presidente mostrou, perante a imprensa nacional e internacional, que

o Estado brasileiro e sua força policial militar continuam idênticos ao que sempre foram ao longo de 500 anos de história: tratou os índios como animais, surrou os negros como escravos, atacou os estudantes e militantes populares como inimigos. Mostrou que tem pavor dos setores populares e, principalmente, da sua articulação para a luta conjunta.

Nesta conjuntura dos 500 anos, o presidente-professor deu uma aula sobre como o Estado que dirige continua fiel à sua gênese colonial; deu uma aula de como a essência deste Estado é militar, repressiva, anti-indígena, racista e antipopular, numa palavra, antinacional, considerando a nação como povo organizado. O Estado brasileiro, ainda hoje, se confunde com um exército de ocupação colonial.

Fonte: *PT Notícias*, nº 90, abr/mai 2000, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, Secretária Nacional de Movimentos Populares do PT. (N.E.)
2. No contexto, assessor do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). (N.E.)